



Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e 20 minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU), e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Nuno Miguel Oliveira de Carvalho (PPD/PSD), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU).

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Não compareceu o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes (CDU), por se encontrar em gozo de férias, em conformidade com o Despacho n.º 122/2021, de 4 de agosto de 2021, arquivado em pasta anexa sob o registo n.º 5.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Contabilidade e Património, Sílvia Maria Torrão Barbeiro, de acordo com o n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, por se encontrar ausente, em gozo de férias, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, conforme Despacho n.º 118/2021, de 30 de julho de 2021, arquivado em pasta anexa sob o registo n.º 6.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de julho de 2021.**
  - 2. Deliberação n.º 207/2021 – Proposta n.º 13/2021 – GAP – PER-Processo Especial de Revitalização – Vitória Futebol Clube, S.A. - Processo 1975/21.1T8STB-J1 – Ratificação de despacho (voto favorável).**
  - 3. Deliberação n.º 208/2021 – Proposta n.º 39/2021 – DAF/DICOR – Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2022.**
  - 4. Deliberação n.º 209/2021 – Proposta n.º 40/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para a Concessão de Exploração de um Terreno Municipal**

- para a Conceção, Construção e Gestão de Parque Aventura, na Gâmbia, em Setúbal.*
5. *Deliberação n.º 210/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Condições de alienação de lotes de terreno integrados no Loteamento Municipal do Casal das Figueiras, em Setúbal.*
  6. *Deliberação n.º 211/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 3830 m2, sita em Poço Mouro, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra.*
  7. *Deliberação n.º 212/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 5337,48 m2, sita em Quinta da Amizade, na Freguesia de São Sebastião.*
  8. *Deliberação n.º 213/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 83 m2, sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São Sebastião.*
  9. *Deliberação n.º 214/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 1900 m2, sita na Avenida Belo Horizonte, na Freguesia de São Sebastião, à Templo de Setúbal – Igreja Evangélica Filadélfia.*
  10. *Deliberação n.º 215/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.*
  11. *Deliberação n.º 216/2021 – Proposta n.º 47/2021 – DAF/DICONT – Abertura de Conta – IBAN Dedicado.*
  12. *Deliberação n.º 217/2021 – Proposta n.º 48/2021 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 1690 m2, sita na Rua Sílvia Maldonado, na União de Freguesias de Setúbal, à Casa de Pessoal da SECIL.*
  13. *Deliberação n.º 218/2021 – Proposta n.º 26/2021 – DURB – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal.*
  14. *Deliberação n.º 219/2021 – Proposta n.º 27/2021 – DURB – Protocolo de Cooperação no Domínio da Habitação, entre o Município de Setúbal e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Ratificação.*
  15. *Deliberação n.º 220/2021 – Proposta n.º 28/2021 – DURB/DIMOT – Minuta de Protocolo de Cooperação - Constituição de HUB de Mobilidade ("Mobility Hub") no novo Interface de Setúbal, entre o Município de Setúbal e a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa.*
  16. *Deliberação n.º 221/2021 – Proposta n.º 29/2021 – DURB/DIPU – Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, após realização da conferência decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal.*
  17. *Deliberação n.º 222/2021 – Proposta n.º 30/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Rosa Luxemburgo (Ativista dos Direitos Humanos – 1871-1919) – Casal de Bolinhos - União das Freguesias de Azeitão.*
  18. *Deliberação n.º 223/2021 – Proposta n.º 31/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua José Augusto Coelho (1865-1919) – Oleiros - União das Freguesias de Azeitão.*
  19. *Deliberação n.º 224/2021 – Proposta n.º 32/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Manuela de Azevedo (1.ª Mulher Jornalista de Portugal – 1911-2017) – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão.*
  20. *Deliberação n.º 225/2021 – Proposta n.º 33/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – A – Rua Aurora de Castro Gouveia (1ª Mulher Notária da Europa – 1831 – 1931); B - Rua Maria de Lurdes Pintassilgo (Primeira Ministra de Portugal -1930 – 2004); C – Rua Agustina Bessa-Luís*

- (Escritora – 1922 – 2019); D – Rua Maria Amélia Chaves (1ª Mulher Engenheira de Portugal – 1911 – 2017); E – Rua Maria José Estanco (1ª Mulher Arquiteta de Portugal – 1905 – 1999); F – Rua Regina Quintanilha (1ª Mulher Advogada de Portugal – 1893 – 1967) – Picheleiros – União das Freguesias de Azeitão.
21. Deliberação n.º 226/2021 – Proposta n.º 34/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua das Manas – Vendas de Azeitão, União das Freguesias de Azeitão.
  22. Deliberação n.º 227/2021 – Proposta n.º 35/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Monte da Joanhinha – Pontes – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.
  23. Deliberação n.º 228/2021 – Proposta n.º 36/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Rua APPACDM e Rua Francisca Romana (Benemérita – 1978) - Serralheira – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.
  24. Deliberação n.º 229/2021 – Proposta n.º 37/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Jaime Graça (Futebolista – 1942-2012) – Junta de Freguesia de São Sebastião.
  25. Deliberação n.º 230/2021 – Proposta n.º 38/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Manuel Carlos Casalão Zorro (Compositor e Músico – 1949-2020) - Junta de Freguesia de São Sebastião.
  26. Deliberação n.º 231/2021 – Proposta n.º 39/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Ruben de Carvalho (Produtor Cultural – 1944-2019) – Monte Belo - Junta de Freguesia de São Sebastião.
  27. Deliberação n.º 232/2021 – Proposta n.º 40/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo Fernando Guerreiro (Ator e Encenador - 1938-2013) – Bairro do Montalvão – União das Freguesias de Setúbal.
  28. Deliberação n.º 233/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DURB/ DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Praceta José Manuel Alves dos Reis (Setubalense Morto no Tarrafal – 1894-1943) – Bairro da Urbisado – União de Freguesias de Setúbal.
  29. Deliberação n.º 234/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Casal das Amendoeiras – Serralheira – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.
  30. Deliberação n.º 235/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DURB/DITA – Isenção do Pagamento das Taxas devidas por “pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realizar obras de alteração em Edifício de Solidariedade de Segurança Social.”
  31. Deliberação n.º 236/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DURB/DITA – Isenção do Pagamento das Taxas devidas por pedido de “obras Isentas de Controlo Prévio.”
  32. Deliberação n.º 237/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DURB/DIGU – Desclassificação da Área Urbana de Génese Ilegal n.º 8.
  33. Deliberação n.º 238/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DURB/DIGU – Transformação fundiária da Área Urbana de Génese Ilegal n.º 28, através de operação de Loteamento por iniciativa Municipal.
  34. Deliberação n.º 239/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referente ao Ano de 2020.
  35. Deliberação n.º 240/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 17/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra José Carlos Braz Guilherme.
  36. Deliberação n.º 241/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 18/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra José Carlos da Costa Horta.
  37. Deliberação n.º 242/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 19/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Paulo José Oliveira Braz Pinto.

38. *Deliberação n.º 243/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 20/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Paulo Sérgio dos Reis Pereira.*
39. *Deliberação n.º 244/2021 – Proposta n.º 14/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 21/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Bernardo Jorge de Matos Martins Botelho.*
40. *Deliberação n.º 245/2021 – Proposta n.º 15/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 04/2021/DRH/DIGAT/GC/SS contra Pedro Manuel da Silva Dinis.*
41. *Deliberação n.º 246/2021 – Proposta n.º 16/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 05/2021/DRH/DIGAT/SS contra Vitor Manuel Sobral Moura.*
42. *Deliberação n.º 247/2021 – Proposta n.º 17/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 06/2021/DRH/DIGAT/SS contra Jorge Miguel dos Mártires Couto.*
43. *Deliberação n.º 248/2021 – Proposta n.º 18/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 07/2021/DRH/DIGAT/SS contra Cláudio Jorge Cardoso de Almeida.*
44. *Deliberação n.º 249/2021 – Proposta n.º 19/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 16/2020/DRH/DIGAT/SS contra Helder Filipe Escaleira Afonso.*
45. *Deliberação n.º 250/2021 – Proposta n.º 20/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 1/2021/DRH/DIGAT/SBS contra Helder Filipe Escaleira Afonso.*
46. *Deliberação n.º 251/2021 – Proposta n.º 07/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa COCA-COLA – European Partners Portugal Unipessoal, Lda.*
47. *Deliberação n.º 252/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DOM – CP 30/2021/DOM – “Intervenção de Natureza Estrutural para evitar derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal - FASE 2” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público.*
48. *Deliberação n.º 253/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DAAE/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Florineve, Lda” ao Município de Setúbal.*
49. *Deliberação n.º 254/2021 – Proposta n.º 67/2021 – DCDJ/DISOC – Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco. Apoio Financeiro.*
50. *Deliberação n.º 255/2021 – Proposta n.º 68/2021 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio Financeiro.*
51. *Deliberação n.º 256/2021 – Proposta n.º 69/2021 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome. Apoio Financeiro.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP) e dos departamentos de Administração Geral e Finanças (DAF) e Urbanismo (DURB), incluindo licenciamentos, conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 a 11.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.



- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAAE), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15.
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Educação e Saúde (DES), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 16.
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito da Divisão de Fiscalização e Apoio Jurídico (DIFAJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 17.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que trazia três questões que gostaria de levantar para discussão. Uma dizia respeito a um loteamento que já tinha sido aprovado havia mais de 20 anos, em Vale Florete 2. Já tinham sido construídas todas as infraestruturas havia mais de 20 anos, mas as habitações continuavam ilegais. Os moradores estavam descontentes e queriam legalizá-las.

Eram centenas de habitações, que já tinham água, luz, saneamento e recolha de lixo, mas estavam completamente abandonadas. Nos passeios, praticamente, não se conseguia andar, estavam cheios de ervas. As próprias infraestruturas que tinham sido passeios e estradas estavam cada vez em piores condições. Além disso, não pagavam IMI nem qualquer tipo de impostos, apesar de terem todas essas infraestruturas havia mais de 20 anos. Gostariam de saber quando é que estava prevista, no fundo, a resolução dessa situação, que prejudicava quer os habitantes quer o município.

A segunda questão dizia respeito ao Plano de Pormenor da Salmoura, que, desde 2015, estava a ser discutido. Sabiam que tinha havido várias discussões, mas gostariam de saber para quando é que estava previsto avançar com esse plano de pormenor, uma vez que também, com certeza, depois de visitarem essa zona, conseguiriam compreender que já existiam lá múltiplas infraestruturas, como lares de idosos, onde tinham que passar muitas vezes ambulâncias, e, também, um externato com crianças deficientes.

Tinha muitas pessoas lá a habitar e, se precisassem de ir com um carro em emergência, não os aconselhava, se quisessem chegar com os pneus intactos. As estradas estavam em péssimo estado também já havia muitos anos. Gostaria, também, de compreender para quando é que estava previsto finalizar a execução desse plano de pormenor.

Em terceiro lugar e último, tinha uma questão também muito breve. Gostaria, também, de perceber quais eram os critérios que, naquele momento, a autarquia tinha relativamente à cedência de terrenos de que faziam a desafetação, nomeadamente para uso social. Estava a falar, sobretudo, de uma associação que lhes era muito querida em Azeitão, que era a AURPIA - Associação Unitária de Reformados e Pensionistas e Idosos de Azeitão.

Em 2015, tinha-lhes sido criada a expectativa de cedência de um terreno para uma infraestrutura, que, no ver deles, era essencial em Azeitão. Essa infraestrutura seria para a construção de residências autónomas assistidas, que permitiriam aos idosos ainda com

5  
st

alguma autonomia ficarem cada vez com maior independência, sem necessidade de estarem em lares. Tinha sido criada, então, essa expectativa de cedência de um terreno, de cerca de dois hectares, situado em Casal de Bolinhos, contíguo à atual estrutura de ténis que existia, o Belcanto Ténis Clube.

A associação, por aquilo que lhes tinha sido reportado, tinha desenvolvido múltiplos contactos com base nessa expectativa. Claro que teria que haver a cedência do terreno primeiro, para conseguir aceder a financiamentos que tornariam viável, então, o desenvolvimento desse empreendimento.

No início do corrente ano tinham ficado a saber que tinha sido retirada essa possibilidade de cedência de terrenos. Não compreendiam o motivo e gostariam, também, de levantar essa possibilidade, que fosse repensada um pouco essa estrutura, fossem novamente feitas abordagens, no sentido de perceber a necessidade dessas infraestruturas, dessa parte social. Aliás, como viam naquela reunião, existiam múltiplas cedências de terrenos, a IPSS e outras associações, em que não viam, propriamente, o plano executado. Não tinham a certeza de que as estruturas iriam ser executadas e, inclusivamente, fazia parte do contrato que se as estruturas não fossem executadas para aquele fim ao fim de “x” anos voltariam, naturalmente, à sua procedência. Portanto, gostariam, então, de levantar essas questões.

**Sra. Presidente** – Disse que, se mais ninguém levantava questões, iria dar a resposta à candidata de Azeitão em sede de eleições autárquicas, porque era mesmo assim.

A senhora vereadora em substituição tinha vindo colocar, na reunião da Câmara, uma série de questões que, na sua visita pela freguesia que estava a visitar naquele momento como candidata à freguesia de Azeitão lhe colocavam. A senhora vereadora queria que lhe respondesse a sério o que é que tinha acontecido na gestão do Partido Socialista nessa freguesia? É que, em sede de gestão do Partido Socialista, tinha sido um desastre, uma catástrofe que tinha acontecido, não tinha sido em Azeitão, tinha sido no concelho de Setúbal, como devia estar lembrada.

Devia saber que, por exemplo, em Azeitão, o Partido Socialista tinha construído em cima de linhas de água. Se quisesse, mostrava-lhe, fazia-lhe uma visita, se não conhecesse. Fazia-lhe uma visita aos locais. Tinha acontecido enormidades no município, concretamente em Azeitão.

Vale Florete não estava legalizado, como a tinham informado mal. Havia o Vale Florete 1 e havia o Vale Florete 2. Em sede de Vale Florete 2 nem sequer estava a promessa de virem começar a regularizar a AUGI, mas não estava nem a meio. A Vale Florete 1 não estava regularizada, embora tivessem sido feitas algumas infraestruturas para alguns amigos do Partido Socialista.

Quando estava o Partido Socialista tinham feito a este ou àquele um bocado de rua, um bocado extensão de ligação de águas e de esgotos. Tinha sido o que o Partido Socialista tinha feito a alguns amigos. A AUGI não tinha chegado ao fim. A Vale Florete 1 não tinha chegado ao fim. Portanto, se quisessem, era só pedirem uma reunião.

As pessoas diziam aos candidatos aquilo que lhes dava jeito, no sentido de que os candidatos resolvessem, por artes mágicas, aquilo que não tinha sido resolvido, muitas vezes pela sua própria responsabilidade. Pensavam que era pedindo ao candidato que fosse ali e ficasse registado em ata que a CDU ou a freguesia e a câmara que estavam, naquele momento, no poder, não tinham feito porque não tinham querido. Era mentira, isso que ficasse registado na ata.

Podiam provar e podiam fazer um plenário com esses moradores todos e com a senhora candidata, para, passo a passo, lhe demonstrarem que aquilo que ali tinha posto eram tudo meias verdades. Havia algumas infraestruturas, que os senhores do PS até tinham apoiado, que algumas pessoas tinham feito, nomeadamente a questão da iluminação, etc. Tinha tido iluminação por parte da EDP com autorizações da própria Câmara, mas não estava regularizada a AUGI, porque não a tinham regularizado, não tinham pago as taxas da AUGI.

Se estavam ali pessoas da Quinta da Amizade sabiam quanto é que tinham pago de taxas. Por que raio é que os senhores daquele lado, não pagando as suas TRIU, tinham que ter os mesmos direitos que tinha a Quinta da Amizade?

Gostaria de saber, gostaria de lhes dizer isso olhos nos olhos. Os senhores de Vale Florete que fossem explicar isso à reunião da Câmara, não era mandar para a candidata para fazer ali propaganda eleitoral que era falsa. Podiam discutir tudo isso ali ou num plenário. Eles podiam ir ali todos com a senhora candidata, para, olhos nos olhos, lhes dizer isso tudo.

Relativamente à questão da Quinta da Salmoura, ao Plano de Pormenor da Salmoura, já tinha sido aprovado. Já tinha ido à reunião da Câmara e já tinha ido para a Assembleia Municipal. Pedia ajuda à Arquiteta Rita, para lhe dizer como é que estava o seguimento, porque a Quinta da Salmoura – *“coitadinhos dos da Quinta da Salmoura”* - era verdade.

Era verdade que estava lá uma série de infraestruturas altamente importantes. Tinham participado com a Câmara no plano de urbanização, desde a Coca-Cola ao Rumo ao Sucesso e à Quinta dos Avós. Eram três entidades importantes, cada uma na sua área, uma na área da deficiência, outra na área dos idosos e outra industrial, que era a Coca-Cola. Tinham participado e tinham pago o Plano de Pormenor da Salmoura. Sabia que já estava aprovado, mas não sabia exatamente, pelo que a diretora do departamento deveria, também, esclarecer melhor essa situação.

**Sra. Arq. Rita Carvalho** – Disse que o plano de pormenor tinha sido aprovado. A Sra. Presidente tinha feito a justificação de que tinha sido aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal. Estava para publicação a REN, que pensava que seria a curtíssimo prazo. A partir desse momento seria possível efetuar a regularização das construções - muitas delas não estavam regulares -, o início das obras de urbanização e das infraestruturas necessárias para aquele território e a ampliação desses empreendimentos referenciados, nomeadamente os equipamentos sociais e o armazém da Coca-Cola.

**Sra. Presidente** – Disse que não dependia só do plano de pormenor, dependia do PDM, que, naquele dia, tinha ali a concertação e precisava de ir à Assembleia Municipal no próximo dia 10 de setembro e ter a homologação por parte do Governo, como a senhora vereadora devia saber. Portanto, era isso, relativamente à Salmoura e as pessoas da Salmoura também sabiam.

Relativamente à AURPIA queria que dissesse tudo? Era melhor não dizer, porque isso era para se dizer ao Sr. Queirós. Estava a perceber? Era muito grave. Em respeito ao Sr. Queirós e a essa instituição que ele representava era melhor não dizer, não dizer à senhora vereadora, que se tinha aproveitado disso à conversa que devia ter tido com o Sr. Queirós, que se tinha aproveitado da visita deles quando ele sabia que era melhor não dizer nada. Era melhor não dizer nada.

Ele sabia o que é que a assembleia da AURPIA tinha decidido em relação às propostas que ele tinha posto à assembleia da AURPIA. Ele sabia.

**Sra. Vereadora Teresa Malveiro** – Disse à Sra. Presidente que lhe dissesse, agradecia que lhe dissesse, por favor.

**Sra. Presidente** – Disse que não dizia ali, porque respeitava a AURPIA e respeitava o Sr. Queirós. Dizia só que a senhora vereadora não se devia ter valido dessas coisas sem saber o que é que se passava. Podia, até, pôr em xeque instituições e pessoas das instituições. O Sr. Queirós também se podia pôr a jeito, mas ali, na Câmara, não dizia.

Se quisesse, dizia pessoalmente ao Sr. Queirós, tal e qual como dizia às pessoas do Vale Florete 1. Se quisesse, fizesse ali uma reunião com eles todos e com ela. Falasse, também, ao Sr. Queirós e à AURPIA, à direção da AURPIA e às pessoas que estavam por trás do Sr. Queirós, para querer essa instituição. Depois, dizia-lhe para onde é que ia o dinheiro e o que é que eles queriam fazer dessa instituição ou desse terreno. Antes disso, ainda lhe dizia onde é que estava o outro terreno. Estava bem? Era melhor não dizer mais nada.

A senhora candidata que tivesse cuidado quando pusesse essas coisas. Havia tanta coisa para colocar. De certeza que não tinham feito tudo bem, de certeza que havia coisas mal feitas. Todos faziam coisas mal feitas. Agora, não pegassem por essa. Tinha-lhe saído o tiro pela culatra. Não pegassem com essas, porque estavam a queimar instituições e pessoas que estavam nesse sítio porque, por um motivo ou por outro, não se regularizaram.

Vale Florete, se calhar, não estava regularizado porque havia muitas pessoas que não tinham dinheiro para pagar as suas taxas. Estava a perceber? Se calhar, porque a Câmara, lá, tinha ajudado a pedir que se ligasse a luz às habitações que já existiam. Agora, nem oito nem oitenta. Uns tinham pago um balúrdio na TRIU, etc, para viverem onde viviam. Os outros compravam a tuta-e-meia terrenos em AUGI para terem os mesmos direitos que aqueles que tinham pago um balúrdio e não pagavam, uns porque não tinham dinheiro, outros porque não queriam pagar, outros porque podia ser que colasse. Podia ser que um dia aquilo se regularizasse e ficavam com uma mansão, como a senhora vereadora sabia.

Havia lá mansões superiores às da Quinta da Amizade, como a senhora vereadora sabia. Havia mansões superiores às da Quinta da Amizade e pagavam tuta-e-meia. Mais, havia lá mansões que roubavam, era o termo. Tinha feito queixa. Tinha andado lá à meia-noite, uma, duas, três da manhã, a distribuir folhetos de porta em porta, para reunir as pessoas para se regularizar a situação. Tinha vindo a senhora vereadora, que, se calhar, não morava lá? Assim tinham vindo eles, aqueles que lá moravam, porque muitas delas eram segundas habitações e eram mansões que tinham fios – tinha essas fotografias – ligados aos postes de eletricidade que corriam na rua. Pagávamos todos a eletricidade desses senhores. Percebia? Portanto, estavam conversados em relação ao Vale Florete.

Em relação à Salmoura, não havia execução sem ter o PDM, como eles também sabiam, mas, pronto, alguns podiam não saber.

Em relação à AURPIA era melhor, se quisesse, na sua frente e na frente do Sr. Queirós, dizer exatamente ao Sr. Queirós o que já tinha dito ao Sr. Queirós, mas diria ao Sr. Queirós, ali, na frente da candidata: *“Você acha bem continuar a pedir este terreno? É melhor a gente ficar por aqui, que é para não sabermos onde é que vai parar o terreno, está bem?”*

A Câmara Municipal de Setúbal era de todos e o erário público era uma coisa que custava muito a todos, para fazer aquilo que era para a qualidade de vida de todos, não era só para um ou para outro ou para esta ou para aquela instituição. Era para todos.

O que acontecia antigamente não sabia se estava lembrada ou não. 20 anos antes seria bem mais jovem, e, portanto, não sabia ou a não tinham informado do que tinha acontecido, o que é que era para uns, o que é que dependia de se dar a este ou àquele. Isso, não.

A senhora candidata tinha tanta coisa para ver. Eles não eram santos nenhuns e, com certeza, tinham feito coisas mal feitas. Se calhar, porque não tinham querido. Se calhar, tinha acontecido. Não tinham feito nada mal feito, que, propositadamente, tivessem dito: *“Vamos fazer mal a este ou àquele ou vamos fazer mal isto ou aquilo.”* Tinham um projeto que se chamava “Ouvir a população, construir o futuro” e, nesse projeto, antes de acabarem as eleições, um ano antes, estavam a dar conta à população do que é que tinham deixado de fazer em cada uma das freguesias e estavam as desculpas deles em relação à percentagem de “x”: “Não executámos 100 por cento isto”, porque, por exemplo, tinham encontrado 400 coisas, 800 coisas, dependia da freguesia, e diziam às pessoas: “Conseguimos resolver 98 por cento ou 99. O que não resolvemos foi por isto e por isto e por isto.”

Pegasse nas coisas que não tinham resolvido. Havia mais coisas, com certeza. Isso, olhos nos olhos. Que não ficasse na ata que era para não tramar ninguém. A ela não a estavam a tramar, de certeza absoluta. Portanto, perguntasse às pessoas: *“Você sabe o que é que está a dizer? Conversou com a Câmara e a Câmara não lhe deu? Porque é que não deu? Então, vou perguntar à Câmara porque é que não deu.”* E, se engolissem, já podia ter alguma coisa para responder. Agora, não iriam engolir, porque sabiam porque é que não tinham dado. Portanto, tinha tentado, a ver se os apanhava: *“Por que é que dão a uns e não dão a outros?”* Não eram iguais a outros que cá tinham estado. Davam com fundamento e com uma causa – *“por que é que damos?”* - e a esse sabiam porque é que não davam e ele sabia porque é que

não lhe davam. Agora, ser franco-atirador – “*atira para aqui, atira para ali, pode ser que a gente leve*” -, não. E que parasse.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que, por respeito à Sra. Presidente e ao cargo que exercia, não lhe chamava “*Senhora Candidata de Almada*”, chamava-lhe Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Agradecia o mesmo respeito, porque estava ali havia 8 anos e a Sra. Presidente conhecia-a bem. Sempre a tinha respeitado e sempre tinha respeitado aquela instituição.

De há 8 anos para cá, se a Sra. Presidente ou os senhores vereadores consultassem as atas, saberiam que sempre tinha trazido assuntos, mais fáceis e mais difíceis. Morando em Azeitão, naturalmente traria de assuntos de Azeitão. Se era candidata naquele momento? Era, mas não estava só ali nessa situação e traria exatamente as mesmas circunstâncias estando ali como candidata, como vereadora, como deputada municipal que tinha sido.

Portanto, não acreditava que esse fosse um argumento e não faltaria ao respeito à Sra. Presidente, chamando-lhe “*candidata*”, quando estava ali noutra posição. E, naquele momento, ela estava ali noutra posição, independentemente de as coisas serem agradáveis...

**Sra. Presidente da Câmara** – Disse que, se aquilo era faltar ao respeito, então não sabia o que é que estava a fazer como candidata.

**Sra. Vereadora Teresa Malveiro** – Disse que, independentemente de interessar, ou não, que fosse candidata, independentemente disso, achava que estavam ali para, democraticamente, trazer as questões em que os munícipes tinham interessa. Pensava que seria isso.

Portanto, tinha pena de não compreender, realmente, até de uma forma mais transparente, porque, como a Sra. Presidente conseguia compreender, se não soubessem aquilo que se estava a passar de uma forma límpida e nos sítios onde as coisas mereciam ser sabidas, e, até, com transparência, para que todas as pessoas tivessem esse conhecimento quando se levantavam situações tão graves como aquela que lhe tinha levantado ali, dizendo que não podia falar, ficava preocupada com as coisas que lhe eram ditas, obviamente. Como é que conseguiria separar o trigo do joio se, de quem lhe podia dar a informação correta não a tinha de uma forma frontal? Mas compreendia.

Em relação às situações que se encontravam, a ela preocupavam-na muito mais, também, para o município, que essas tais casas ótimas - que era verdade que se encontravam em Vale Florete 2 e que se encontravam noutros sítios - não pagassem IMI havia mais de 20 anos, casas de 2.ª habitação, ótimas, com excelentes condições. Enquanto município, faríamos uma má gestão se não cobrássemos esse IMI, também. Não era justo para com as pessoas de outros lados, que, se calhar, tendo também condições difíceis, continuavam a pagar o seu IMI, como era o seu caso e como era o caso de toda a gente. Mas isso eram outras questões, que tinham a ver com outras regularizações. De resto, mais nada.

Tinham sido só essas as questões que lhe tinha cumprido levantar, enquanto vereadora, enquanto munícipe, também, e, claro, enquanto candidata a Azeitão.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse à Sra. Vereadora Teresa Andrade que o respeito, a ética e a elevação da democracia não se faziam só no tom e na forma com que, muitas vezes, traziam as questões. Permitisse que lhe dissesse que, de facto, independentemente da condição que teria no futuro, onde quer que fosse, havia que estranhar que, naquele momento, na condição de vereadora em substituição, só naquele momento - porque, de alguma forma, tinha ficado, eventualmente, melindrada pela forma como tinha sido sinalizada a sua condição -, a candidata viesse colocar aquelas questões.

De facto, efetivamente, no exercício de um mandato, não eram vereadores de territórios, eram vereadores do município, e, portanto, na condição de vereadores do município, os problemas do município, no seu todo, deviam ser colocados transversalmente, ao longo do mandato. Portanto, era com profunda estranheza, que, naquele momento, em que lhes tinha



dado o prazer da sua companhia, trouxesse essas questões tão perto das eleições. Até tinha feito uma rima: Tão perto das eleições trazia essas questões.

De facto, suscitava alguma estranheza, sem prejuízo da legitimidade com que as trazia. Essa era a primeira questão. Portanto, que o deixasse dizer-lhe que, na sua atenta condição de munícipe e de política, seria, também, natural que essas mesmas questões, de alguma forma, pudessem já ter sido colocadas no quadro das diferentes reuniões da Câmara que tinham ido tendo ao longo daqueles quase 4 anos. Essa era a primeira questão. Portanto, era, de facto, estranho.

Também mandava o exercício das funções deles que, sem prejuízo da discordância democrática que todos tinham o direito de ter, que os argumentos e a forma como os colocavam não fosse, apenas, o despique pela utilidade desses mesmos argumentos. E, por vezes, às vezes, podiam cair na tentação de estarem a querer ser úteis para responder a determinado tipo de interesses e não úteis àquilo que era o interesse superior de um território, de uma comunidade, de uma freguesia ou de um município no seu todo.

A Sra. Presidente tinha sido bem clara e tinha percebido a senhora vereadora, no seu timbre sempre muito de alguma candura e respeito educado, mas, como compreenderia, até, porque tinha essa informação - como tinha dito, já levava a condição de eleita na autarquia de Setúbal havia algum tempo -, sabia que processos dessa natureza, como em muitos outros municípios, tinham a complexidade que tinham, e, muitas vezes, tinham um conjunto de vicissitudes que, estranhamente, pareciam difíceis de ser ultrapassados. Portanto, da parte do Município, pensava que tudo tinha sido feito para regularizar. Essa era a primeira nota.

A segunda nota tinha a ver com a questão que tinha colocado relativamente a uma instituição particular de utilidade social. Queria dizer-lhe, na condição de vereador que acompanhava essa área, que achava absolutamente grave que tivesse trazido essa questão da forma como a tinha trazido e tivesse deixado no ar que a Sra. Presidente podia não ter sido clara e que podia ter deixado ali a penumbra de não ter querido clarificar. Tinha-a como uma pessoa idónea, rigorosa nos seus argumentos e pensava que era suficientemente inteligente para perceber que havia matérias que, quando lhes eram colocadas em defesa do superior interesse da instituição e dos seus utentes, que deviam ser preservadas. Portanto, a utilidade dos argumentos por questões político-partidárias devia ser muitas vezes escrutinada ou avaliada, porque qualquer momento de algum mediatismo político não lhes podia valer.

Queria dizer que, da sua parte, teria toda a disponibilidade para poder clarificar, mas o superior interesse das instituições, e, nomeadamente, dos seus utentes, devia - mesmo quando tinham reservas e dúvidas sobre os motivos ou o que estaria na base de algum tipo de decisão -, muitas vezes, ser acautelado quando, no quadro de uma reunião da Câmara, publicamente, expunham determinada questão.

A Sra. Presidente não tinha tido oportunidade, se calhar, de dizer, mas queria dizer-lhe que a Sra. Presidente, havia muitíssimo pouco tempo - podia pesquisar os seus canhenhos - tinha tido uma reunião com a direção da AURPIA, com a direção técnica da AURPIA, onde tinha sido clarificado, explicado, evidenciado e, mais, tinha sido dito... Que a Sra. Presidente lhe permitisse, porque não estava a fazer nenhuma inconfidência, porque a senhora vereadora tinha feito ali uma afirmação que lhe parecia, também ela, grave, que tinha sido dizer: *"Porque é que há umas situações que há terrenos que são dados e, depois, em que a sua utilidade parece que não é bem conseguida ou que não se dá seguimento?"* Queria dizer-lhe que tinha sido dito à direção da AURPIA, isso era claro e não tinha, enfim, nada de particularmente estranho, que houvesse ou estivessem abertas candidaturas a elegibilidade de desenhos de novas respostas sociais e lá estaria a Câmara Municipal, para encontrar os mecanismos necessários para ajudar a AURPIA, como qualquer outra IPSS do nosso Município que estivesse em condições de se poder candidatar a qualquer resposta social e que cumprisse as necessidades, dentro daquilo que eram os diferentes públicos e das mais diferentes vulnerabilidades que podiam identificar, desde a área da saúde mental, à deficiência, à infância, aos cuidados continuados Integrados, o que quer que fosse.

Portanto, a direção da AURPIA tinha essa informação e as outras matérias eram matérias de um foro que lhes parecia que devia ficar salvaguardado, até para preservação da própria

instituição e de questões que ultrapassavam a resposta social, sem prejuízo de os eleitos da Câmara Municipal poderem querer saber essa informação. Mas havia momentos em que, se calhar, o interesse superior das instituições devia ficar salvaguardado, em detrimento, se calhar, de alguma pequena circunstância que pudesse levantar ali algum ruído que servisse, apenas, para fazer, enfim, algum alarido de uma coisa que lhe parecia que estava clara e que em nada beneficiava o superior interesse daquilo que era a AURPIA.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que era só uma breve intervenção, muito rápida. Agradecia muito o esclarecimento e a disponibilidade para reunirem e conversarem um pouco melhor sobre aquele assunto, uma vez que já tinha compreendido que havia contornos sensíveis e respeitava-os, obviamente. Não tinha o mesmo conhecimento da situação que os senhores da CDU tinham.

Relativamente a só ter trazido naquele momento, como se sabia, era vereadora em substituição, não vinha sempre. A última vez que tinha vindo já tinha sido há muito tempo. Portanto, tinha trazido duas situações por sua vontade própria. Era esse, também, o seu papel também ali, como eleita, mesmo que em substituição.

Agradecia, de facto, os esclarecimentos do senhor vereador e os esclarecimentos da Sra. Presidente, com o maior respeito que sempre tinha tido por aquela instituição e por quem os elegia.

**Sra. Presidente** – Disse que era mais uma informação que ficava, também, para melhor esclarecimento. Tinha perguntado à Arquitecta Rita, para lhe dizer, mais ou menos, em cada uma das AUGI, da Vale Florete 1 e da Vale Florete 2, quantas casas tinham. Devia ter havido, aí, alguma informação das pessoas, relativamente à Dra. Teresa Andrade, que era o seguinte: O que devia ter falado devia ser da Vale Florete 2 e tinha referido a Vale Florete 1, porque a Vale Florete 1 tinha 2 casas, para aí.

A Vale Florete 1 tinha quase 400 lotes. Estava, ainda, nos primórdios, porque eles não se entendiam e não começavam, não andavam com aquilo. Estava a ver, porque a Vale Florete 1 tinha poucas casas. Como é que tinha estado a dizer aquilo? Tinha respondido pela Vale Florete 2 e era, de facto, a Vale Florete 2. Era a AUGI 16 e essa AUGI estava em tribunal, para lhes dizer a eles que tinha levado dali essa informação. Portanto, não havia taxas, não havia nada. Eles tinham isso em tribunal, por causa da divisão de coisa comum. Estava a decorrer uma ação de divisão de coisa comum. Enquanto essa ação não estivesse despachada eles próprios não conseguiam andar mais com a AUGI.

Portanto, eles não podiam dizer o que tinham dito. Não podiam dizer *“não nos fazem estradas, isto e aquilo”* se não tinham pago taxas, se tiravam umas *“pontes”* de luz dos candeeiros das ruas. Portanto, seria bom que estivessem calados, porque, relativamente a essa divisão de coisa comum, já os tinha chamado *“n”* vezes. Estava em cima disso.

Naquela reunião, vinham a deliberação duas AUGI. Naquele mandato, enquanto vereadora do Urbanismo, ainda viriam mais 2 ou 3 AUGI. Era difícilimo o despacho, a legalização de cada uma das AUGI. A Vale Florete 1 tinha cerca de 3 milhões de euros para pagar, de taxas. Eram 400 casas, era certo, para a regularização daquilo tudo, mas as pessoas não tinham dinheiro. Tinham comprado os lotes de coisa indivisa, não se sabia qual era o seu bocado. Embora estivessem construídas cerca de 2 casas, já se tinham disponibilizado a ajudar com algumas infraestruturas, a dizer-lhes que eles que faziam arruamentos e faziam as tubagens para o saneamento. Mesmo assim, eles não conseguiam. Mesmo que poupassem cerca de 1 milhão, não conseguiam os outros 2. Aquilo era extremamente complicado e a lei continuava a prorrogar todos os anos. Todos os anos, no Orçamento de Estado, dizia: *“Mais um ano de prorrogação para as AUGI.”* Enquanto a lei não dissesse que desapareciam as AUGI e era divisão de coisa, tinha que ser *“de per si”* a regularizar cada loteamento, enquanto as pessoas estivessem amarradas umas às outras por grandes lotes de urbanizações, para se transformarem em lotes, para fazer a coisa comum, não se conseguia regularizar isso.

Traziam ali mais 2, mas ainda estavam quase 20 e tal por regularizar. Eram os nossos serviços, muitas vezes, que iam fazer projetos, porque pedia: *“Vai lá ajudar, para fazer os*

*projetos.*” As pessoas não tinham dinheiro para pagar a um projetista, para pagar a um arquiteto. Aquilo tinha que ter tudo projetos de especialidades e as pessoas não tinham dinheiro. O Governo ia numa de ajudar e eles consideravam que só complicava, porque, enquanto não se pusesse por lotes individuais, as pessoas não conseguiam sozinhas, porque estavam agarradas a um bolo.

E, a esse, que tinham falado com a vereadora, podia dizer: *“Então, vocês têm um processo a decorrer em tribunal. A Presidente está-vos sempre lá a chamar e vocês estão a dizer que a Câmara não vos faz nada? Então, têm a divisão de coisa comum, enquanto isso não sair do tribunal...”* Essa, da grandiosidade que lá estava, ainda, mesmo assim, era a que estava mais avançada. A outra, não. A outra eram 400. Esse era o que estava mais adiantado, mas, enquanto não saísse o despacho do tribunal não havia solução.

No final, iria contar-lhe, só a ela, o que se passava com a AURPIA.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que agradecia um esclarecimento.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação ao São Domingos Futebol Clube, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 18:

*“Saudação  
S. Domingos Futebol Clube*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o S. Domingos Futebol Clube pela sua consagração enquanto vice-campeão nacional de futebol de praia e pela conseqüente subida à Divisão de Elite.*

*A equipa sadina, a celebrar neste ano o seu centenário, passa assim a integrar o lote das oito melhores formações nacionais, de entre as 53 equipas de futebol praia existentes no país.*

*O São Domingos Futebol Clube bateu-se entre os melhores pela conquista do título, na Nazaré, entre os dias 5 e 8 de agosto, só perdendo a final frente ao Leixões SC.*

*Com este feito, a equipa setubalense faz história na modalidade e eleva uma vez mais não só os pergaminhos do Clube como também o nome da cidade.*

*A subida à Divisão de Elite demonstra também o empenho, determinação e resiliência de todos aqueles que ajudaram a esta conquista.*

*Aos jogadores, técnicos, dirigentes e à massa associativa do São Domingos Futebol Clube a Câmara Municipal apresenta os seus mais sinceros parabéns e manifesta o seu imenso orgulho por ter, entre as suas coletividades e as suas gentes, tantos e tão grandes motivos de honra.*

*O executivo municipal manifesta ainda a sua disponibilidade para continuar a apoiar, como tem feito ao longo dos tempos, as coletividades e clubes que tão dignamente defendem o nome da cidade.*

*Parabéns, São Domingos Futebol Clube pelo corolário de cem anos de vida com esta passagem à Divisão de Elite do Futebol de Praia.”*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente, àquela saudação ao São Domingos Futebol Clube.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, naturalmente, também se associava àquela saudação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação ao Clube Rugby de Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 19:

*“Saudação  
Clube Rugby de Setúbal*

*O Clube Rugby de Setúbal encerrou a época desportiva 2020/2021 com excelentes resultados a nível nacional, mais concretamente com a sua equipa sénior, que conquistou uma brilhante classificação de Vice-Campeão Nacional no Campeonato Nacional da 2.ª Divisão, e que lhe vem permitir o acesso à 1.ª Divisão da modalidade.*

*A equipa Sénior do clube com apenas 3 anos de existência, sendo que desses anos, dois foram interrompidos em consequência da situação pandémica, mostra a sua enorme mais valia, vontade de vencer e vontade de representar Setúbal ao mais alto nível, com este acesso tão rápido ao primeiro escalão da modalidade.*

*O Clube de Rugby de Setúbal criado em 11 de novembro de 2011, neste momento já conta com 150 atletas filiados, desde o escalão sub-6 ao escalão Sénior, afirmando-se como um dos maiores Clube de Rugby a sul do Tejo.*

*Pelos brilhantes resultados verificados em todos os escalões e em todas as competições, nomeadamente no desempenho da sua equipa sénior, a Câmara Municipal de Setúbal saúda o Clube de Rugby de Setúbal, todos os seus atletas, treinadores e dirigentes.*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que se associavam àquela saudação, dizendo que o Clube Rugby de Setúbal era um sucesso desportivo, um clube relativamente recente que dispunha de um projeto já muito fundamentado, muito efetivo no panorama desportivo nacional e local.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que queria, igualmente, associar-se àquela saudação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu o seguinte voto de louvor aos atletas olímpicos Pedro Pablo Pichardo e Afonso Costa, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 20:

*“Voto de Louvor  
Atletas Olímpicos  
Pedro Pablo Pichardo e Afonso Costa*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda os atletas Pedro Pablo Pichardo e Afonso Costa pelos resultados obtidos nos Jogos Olímpicos de Tóquio.*

*Pedro Pichardo, atleta do Sport Lisboa e Benfica, sagrou-se, no dia 5 de agosto de 2021, campeão olímpico do triplo salto, com a marca de 17,98m que constitui novo recorde nacional.*

*O saltador que desde 2017 faz integralmente a sua preparação desportiva em Setúbal, no Complexo Municipal de Atletismo, junta assim o título olímpico ao título de campeão europeu em pista coberta.*

*Nascido em Cuba e naturalizado português em 2017, o atleta de 28 anos, comprova uma vez mais o excelente nível físico e técnico em que se encontra com uma marca que se junta a um currículo impressionante que lhe dá o merecido reconhecimento mundial.*

*Pedro Pablo Pichardo foi distinguido, em março deste ano, pela Câmara Municipal, com a Medalha de Honra da Cidade, na Classe Desporto. Ontem, dia 10 de agosto a Câmara Municipal homenageou o atleta por este resultado único no Desporto Mundial, passando a ser a quinta medalha de ouro de sempre obtida por Portugal no âmbito do Olimpismo.*

*A Câmara de Setúbal felicita Pedro Pichardo pela conquista e reitera todo o seu apoio ao atleta e estende as suas felicitações ao seu pai e treinador, Jorge Pichardo, que tão abnegadamente o acompanha.*

*Também presente nos Jogos Olímpicos, o remador Afonso Costa, do Clube Naval Setubalense, que na competição de double-sculd ligeiro, obteve um brilhante 13.º lugar na classificação geral final.*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o remador que faz dupla com Pedro Fraga, e que venceu a final C do double-scutt ligeiro, um extraordinário resultado a nível mundial que ilustra bem o valor desportivo dos dois atletas.*

*Uma homenagem que é extensiva ao Clube Naval Setubalense que tem sido um expoente nacional a nível do desenvolvimento do remo de alta competição.”*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava, também, àquele voto de louvor ao mais que badalado, a nível nacional, feito olímpico de um atleta que treinava na pista de atletismo de Setúbal. Naturalmente, registavam com muito agrado. E, também, ao Afonso Costa, pelo feito alcançado.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, naturalmente, também se queria associar.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, muito rapidamente, se lhe permitissem, não querendo fugir ao protocolo, queria dizer que também era um orgulho para Setúbal e para a Câmara Municipal.

Aquelas saudações e aquele voto de louvor, eram, efetivamente, o resultado de uma estratégia abnegada, definida no desenvolvimento da prática desportiva da cidade. Resultavam, esses méritos, dos atletas, em primeiro lugar, das suas instituições, dos seus treinadores, das suas famílias, das infraestruturas, também, que os suportavam, de milhares de pessoas que se empenhavam para o sucesso, mas, incontornavelmente, também de uma Câmara Municipal que, desde há largos anos, tinha feito do desporto um eixo fundamental do desenvolvimento da cidade.

Muito tinham para fazer, mas muito tinham já feito. E, se, naquele dia, traziam ali aquelas duas saudações e aquele voto de louvor, era, de facto, fruto desse trabalho que tinham feito. Permitisse-lhe, então, a Sra. Presidente que o tivesse que fazer, porque era, também, extensível a todo um Departamento e a toda uma Divisão de Desporto, que se tinham empenhado para que esses resultados fossem, também, possíveis.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Leu a seguinte moção acerca da necessidade urgente de medidas de reforço do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 21:

*“Moção*

*Necessidade Urgente de Medidas de Reforço do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal*

*1. No passado dia 4 de Agosto, veio a conhecimento público que o Serviço de Urgência Obstétrica do Centro Hospitalar de Setúbal estava em processo de iminente encerramento por rotura da sua capacidade de resposta.*

*2. Num país em que os ganhos em Saúde Materna e da Criança se assumiram como uma das mais evidentes e profícuas realizações do Serviço Nacional de Saúde e onde as questões da Natalidade se colocam como de importância central no presente e para o futuro do país, a fragilidade do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal e os prejuízos para as populações e para o nosso município que dela decorrem, agravados pelo carácter recorrente de situações como a que se está a viver, são motivo da nossa maior preocupação.*

*3. A Câmara Municipal de Setúbal, no quadro das relações de proximidade que mantém com o Centro Hospitalar de Setúbal, está solidária com o Diretor do Serviço de Obstetrícia, que se demitiu em protesto pela falta de recursos ao seu dispor, com os profissionais que, com enorme sobrecarga e extraordinária dedicação, continuam a prestar cuidados de Obstetrícia apesar das parcas condições que lhes são oferecidas e com o conselho de Administração que, junto do governo, vem pugnando para que ao Centro Hospitalar de Setúbal, aos seus*

*profissionais e doentes sejam asseguradas as melhores e mais dignas condições de trabalho e acolhimento.*

*4. A Câmara Municipal de Setúbal, em face da situação vivida no Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal, insta o governo para que perante o risco inaceitável, mas real, do seu encerramento definitivo, sejam adotadas medidas imediatas para a sua correção e que, numa perspetiva de reforço do SNS e do Centro Hospitalar de Setúbal, sejam tomadas medidas urgentes de formação de profissionais de saúde e de melhoria das suas condições salariais e laborais, rompendo com dezenas de anos de desinvestimento e mesmo de abandono do serviço público de saúde que tão grandes e graves prejuízos tem trazido para a saúde e o bem-estar da população de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse à Sra. Presidente que lhe permitisse uma breve explicação.

Naquele mesmo dia, à hora do almoço, tinham tido uma reunião, já depois de um conjunto de conversas que tinham sido tidas, tanto com o Conselho de Administração como com o Dr. Pinto de Almeida, o Diretor do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar de Setúbal. Tinham realizado uma reunião em que tinha estado presente o senhor Diretor do Serviço, Dr. Pinto de Almeida, que estava demissionário mas que mantinha e assegurava as suas funções, portanto, não tinha abandonado o seu cargo. Tinha sido uma demissão de protesto, face ao contexto e à situação.

Tinham reunido com o Diretor Clínico e com o Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Manuel Roque, e o Vogal do Conselho de Administração, também, o Dr. Miguel Carpinteiro. Tinham estado a refletir, a aprofundar a questão e a situação atual do serviço e havia uma questão que era muito importante que ali fosse colocada.

Apesar do esforço, que era sobre-humano, dos profissionais do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, tanto dos médicos, como das enfermeiras e das parteiras, como do pessoal auxiliar de ação médica que lá prestava serviço, e com as dificuldades de recursos humanos que tinham, tendo disponível o material mais atualizado, da melhor qualidade que tinham, o melhor equipamento que estava disponível e que existia, esse serviço, apesar das dificuldades de recursos humanos, mantinha um nível de execução e de segurança de elevada qualidade.

No entanto, vivia um contexto em que as opções políticas de sucessivos governos, de desvalorização das carreiras dos profissionais de saúde, de não atualizações e revisões das tabelas salariais desses profissionais e a promoção e desenvolvimento da oferta de cuidados de saúde hospitalares privados, que se tinha desenvolvido por todo o lado, tinha levado a uma sangria de profissionais e, de um quadro de 24 médicos que deviam existir, naquele momento, nos quadros do Hospital de São Bernardo, 24 médicos especialistas de Obstetrícia e Ginecologia, apenas estavam 11, sendo que, desses 11, 8 tinham mais de 58 anos. Desses 8 tinham mais de 58 anos, 2 já tinham posto os papéis para a reforma e outros 2, no próximo ano, também estariam em idade de solicitar a sua aposentação.

Isso significava que, ou havia uma inversão concreta dessa política, nomeadamente essa política relativamente aos profissionais de saúde, ao seu estatuto profissional, ou, em breve, o Centro Hospitalar de Setúbal e um conjunto de outros hospitais, não só da região mas, também, do país, iriam deixar de ter condições de terem os seus serviços de Ginecologia e Obstetrícia e, nomeadamente, a urgência de Obstetrícia a funcionar.

Portanto, era esse o apelo. E, nesse apelo de mobilização, para toda a comunidade, a Câmara tinha que assumir esse papel que traziam, esse grito de alerta.

Seria importante que todos os senhores vereadores ali presentes clarificassem se acompanhavam e apoiavam todos os pontos, sem falta, que estavam referidos naquela moção.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que os eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal acompanham as preocupações que tinham sido plasmadas naquela moção. Sabiam todos das dificuldades existentes e também eram conhecidas as razões. Tinham sido

causadas pelo desinvestimento, nas últimas décadas, no Serviço Nacional de Saúde, quer em meios técnicos, quer em meios humanos. Mas também não podiam deixar de referir o esforço que o Governo tinha vindo a fazer, um investimento como nunca tinha sido feito no Serviço Nacional de Saúde.

Era óbvio que, como tinha sido referido pelo Vereador Ricardo Oliveira, esse era um problema que era transversal. Não era só do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Setúbal, nem era só do Hospital de Setúbal. Era um problema que era transversal a todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, no país.

Tinha havido um desinvestimento, as carreiras não eram atrativas, os vencimentos não eram apelativos e o privado ia buscar, obviamente, os melhores profissionais e aqueles que tinham as suas carreiras para fazer, e tinham oferta de trabalho no privado, deixavam o Serviço Nacional de Saúde, assim, despido de capacidade para dar respostas.

À versão inicial da moção tinha sido retirado o terceiro ponto, o que lhe parecia muito bem, mas, no geral, não lhes oferecia qualquer tipo de constrangimento dizerem que iriam aprová-la, porque eram autarcas setubalenses e azeitonenses e eram pessoas que se preocupavam com aquilo que eram os problemas que diziam respeito à população.

O PS tinha, também, feito chegar, em tempo útil, ao executivo nacional, a sua preocupação referente aos factos evidenciados. Também tinham informação, através do Conselho de Administração, de que o problema existente no dia 4 tinha sido resolvido atempadamente, causando, obviamente, um problema, mas tinha sido um problema que podiam considerar pontual.

Quanto à questão do encerramento do serviço, eram, efetivamente, contra e estariam atentos àquilo que seriam as decisões futuras. Portanto, não seria pelo repto que tinha sido feito, não seria por isso que iriam votar favoravelmente. Seria, sim, pelas razões que tinham sido ouvidas e por aquilo que era a preocupação deles, relativamente às questões da saúde e outras, das populações de Setúbal e de Azeitão.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que aquela questão não era nova, nem de perto nem de longe. Aliás, era anterior à pandemia, porque se recordava, com bastante clareza, que até tinha sido notícia no jornal “*Público*”, onde tinha sido, pela primeira vez, denunciado publicamente. Tinha sido no jornal “*Público*”, onde tinha sido alertado, precisamente, para a questão da reforma dos médicos. Portanto, aquela questão já tinha bastante tempo. Tinha atravessado a pandemia, e, de facto, não tinha havido a possibilidade de contratar mais médicos.

Podiam dizer que as carreiras eram mais ou menos atrativas e podiam dizer que o hospital estava subdimensionado. Havia uma série de problemas à volta do Hospital de Setúbal que, como era evidente, contribuíam todos para isso, mas a questão, muito simplesmente, não era nova, tinha um ano, pelo menos, antes da pandemia, e quais tinha sido as medidas concretas?

Iam ser objetivos, não iam, ali, estar a tentar dourar a pílula, porque não valia a pena. A questão tinha a ver com o seguinte: Se tinha havido medidas concretas, porque não as conhecia, e, se conhecessem, achava que era importante partilharem – a todos os vereadores, como era evidente –, mas ele não conhecia uma única medida concreta. Desde o período antes da pandemia, durante a pandemia e até àquele momento - esperavam eles – de quase ponta final da maratona que tínhamos vivido, da COVID-19, não conhecia uma única medida para combater isso. Não conhecia uma única medida que tivesse feito alguma diferença para combater isso. Não conhecia absolutamente nada que o tivesse permitido.

Estavam a falar, apenas, de um serviço, não estavam a falar da ampliação do hospital, não estavam a falar dos outros serviços, porque já tinha havido um conjunto de diretores, como sabiam, que se tinham unido todos e que tinham chamado a atenção para a questão do Hospital de Setúbal e para a questão do seu subdimensionamento a nível do orçamento, porque estava numa classe abaixo.

Iam colocar essas questões de parte e iam falar de um serviço, num país e numa região onde a natalidade era fundamental que fosse incentivada. Portanto, se a natalidade era uma

5  
ST

política pública prioritária para o país e duvidava que não fosse, senão, no futuro, não faltaria muito, passávamos a ser 10, 8, 7, 6 milhões e era garantido que isso valia 40 “troikas.” Um país que diminuía a sua população e começava a ficar desertificado batia mais forte do que 40 “troikas”, era garantido.

Portanto, seria que isso não era uma medida que seria prioritário, pelo menos conseguir acompanhar os bebés que nasciam, que já não eram suficientes? Seria que isso não era essa medida de saúde pública que seria normal acompanhar no Orçamento de Estado?

A questão, ali, era simples, era perceber se isso tinha sido feito, ou não, porque, não tinha sido feito, se os senhores vereadores do PS acompanhavam isso e se a CDU também acompanhava isso, e a CDU também tinha votado o Orçamento de Estado, nos últimos anos. Antes disso, também tinha estado o PSD, no período da “troika”, se quisessem falar sobre isso, e, depois, podiam falar de quem tinha trazido a “troika”, mas ele não iria por aí. A questão era saber se tinha havido medidas e se não tinham funcionado era elencá-las. Isso era fundamental. Tinha havido medidas que, se calhar, não tinham sido cumpridas? Então, quais é que tinham sido? Não tinha havido medidas? Então, quais é teriam que ser?

Perguntava uma coisa muito simples, porque o Sr. Vereador Ricardo Oliveira tinha falado na questão da carreira dos profissionais de saúde, que era fundamental, que era muito importante, mas isso não se resolveria numa semana, em duas semanas ou num mês. Estariam a ser demagogos. Portanto, qual seria a alternativa imediata para resolver isso? Seria uma solução tipo Almada, como o Garcia da Orta, que, quando as urgências pediátricas fecharam, tinham ido para o privado? Aceitam isso ou não aceitavam?

Estavam a falar de resolver o problema das pessoas a curto prazo, a médio prazo podiam debater. Já vinha aí o Orçamento de Estado e vinha muita coisa, mas, a curto prazo, que medidas é que se aceitavam, mediante aquelas que tinham falhado? Achava que não tinha sido nenhuma, porque nada se tinha tentado, mas podia estar enganado, que o corrigissem, por favor. Se queriam ser objetivos, deviam fazer isso.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que, se lhe era permitido, não o tinha referido mas pensava que os concursos que tinham sido abertos tinham ficado desertos. Ninguém podia obrigar as pessoas a aceitarem concorrer a lugares quando não tinham vontade de o fazer.

Essa tinha sido uma das medidas que tinha sido feita que lhe parecia não ter tido solução, porque não tinha havido recetividade por parte dos profissionais de saúde.

Não lhe parecia, também, que esse fosse um problema da questão da pandemia. Podia ter agravado algumas situações, mas, aquele, em concreto, não era um problema da pandemia. Era mais uma situação criada pelo desinvestimento do Governo de Passos Coelho, por exemplo.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que era claro que tinham sido tomadas medidas que poderiam considerar que eram paliativas. Por isso se tinha falado em medidas mais estruturais que necessitavam de ser desenvolvidas e a própria moção referia as estruturais.

Tinham sido tomadas medidas paliativas que tinham assegurado o funcionamento. No contexto em questão, aquela tinha sido a primeira vez que a urgência de Obstetrícia tinha encerrado por 24 horas, quando assistiam, nos hospitais da região, do sul do país, a esse encerramento com muita regularidade. Existia o risco de, no futuro próximo, poder vir a acontecer outra vez o que tinha acontecido 8 dias atrás, na quarta-feira, embora estivessem a trabalhar e a fazer um esforço inumano ou sobre-humano, para superar essa situação, à custa da saúde dos atuais profissionais de saúde, da saúde e das vidas deles próprios.

A Administração Regional de Saúde tinha autorizado a Administração do Centro Hospitalar de Setúbal a reforçar o valor da contratação das avenças ao dia, para os médicos especialistas poderem ir prestar serviço na urgência de Obstetrícia, sendo que isso era uma medida, ela própria, com profundas contradições dentro do próprio serviço, que, permitindo assegurar que as coisas não encerrassem, que tivessem as condições de segurança e de qualidade que necessitavam. Ficava muito aquém do que um serviço, nos dias que corriam, necessitava. Para se ter uma ideia, os médicos atuais que estavam a garantir as urgências de Obstetrícia

58

deviam, apenas, fazer um serviço de urgência de 24 horas por semana e vários deles estavam a fazer dia sim, dia não. Esse era um esforço estava a ser feito.

Tinha referido, havia pouco, que dos 11 atuais médicos no quadro 8 tinham mais de 58 anos. De acordo com as normas de funcionamento das urgências hospitalares, todos os médicos com mais de 50 anos estavam dispensados de fazerem noites de urgência e todos os médicos com mais de 55 anos estavam dispensados de fazer urgência, fosse de dia fosse de noite. O que tinham era os 8 médicos que tinham mais 58 anos, alguns com mais de 65 anos, que tinham disponibilidade para garantirem esse serviço de urgência com a qualidade que garantiam e que era efetiva.

A proposta paliativa que o Sr. Vereador Nuno Carvalho referia era mais um contributo para o círculo vicioso de degradação do serviço, porque o que já estava a acontecer, não do ponto de vista da urgência de Obstetrícia, mas do ponto de vista de um conjunto de funções do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, nomeadamente do ponto de vista de exames de diagnóstico, que, por os médicos terem que estar em urgência, não podiam fazer os exames programados, que tinham que ser contratualizados com o privado e cada vez mais partos a serem realizados nos hospitais privados, fazia com que os hospitais privados procurassem mais recursos e mais médicos para esses serviços, porque não estavam limitados por tabelas salariais desatualizadas e por carreiras e planos de carreiras que não tinham em conta a realidade dos dias e a importância desses trabalhadores.

Eram capazes de pagar e vir buscar, por exemplo, os 6 médicos que estavam em internato no hospital, que, concluído o internato, não pretendiam ficar no Centro Hospitalar de Setúbal nem naquele conjunto de hospitais, porque tinham ofertas para poderem trabalhar, por outros salários muito mais elevados, no privado, ou, então, na base das prestações de serviços, que eram pagas a um valor muito superior ao que os médicos de carreira estavam a receber.

Portanto, havia questões de soluções que era urgente que fossem tomadas do ponto de vista das medidas paliativas, mas havia medidas urgentes e estruturais que tinham que ser tomadas e que não bastava ficarem no discurso político. Recordava a dificuldade que tinha sido fazer regredir a medida do Governo de Passos Coelho sobre as horas de qualidade, que estava a impedir e a afastar os médicos dos quadros de cumprirem os bancos de urgência. Regredir a medida do Governo do PSD que tinha retirado e que tinha cortado o valor da hora de qualidade, ou seja, das horas que eles estavam nos bancos durante a noite. Tinha sido muito difícil. Havia insensibilidade nos números orçamentais que o Governo do PS continuava a manter, porque o discurso político era diferente, mas continuava agarrado a um conjunto de constrangimentos e de opções que cegavam e que não olhavam para a realidade concreta e para a necessidade dos cuidados e que, na prática, o que estavam a fazer era garantir e a sufocar o Serviço Nacional de Saúde, de uma maneira geral, com algumas especialidades com uma agravante muito maior e essa da Ginecologia e Obstetrícia era uma delas, que necessitavam de reverter.

De uma vez por todas, esperava que aceitassem as propostas que os partidos que compunham a CDU, o PCP e o PEV, tinham feito, para alterar as carreiras médicas, para valorizar as suas tabelas salariais e para, de alguma forma, limitarem, sem pôr em causa, de alguma forma, a liberdade da iniciativa privada, mas que contrariassem essa política, que, na prática, favorecia a profusão de hospitais privados, em detrimento do agravamento da qualidade do Serviço Nacional de Saúde.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que iria ser muito breve. Não valia a pena, ali, tentar vetar, porque tinham uma visão diferente. Achava que um serviço público, se tivesse que ser prestado, ou se, até, fosse prestado no privado e fosse mais barato, tudo bem, mas isso era uma questão ideológica. Não valia a pena, iriam estar ali a tarde toda a debater. Se fosse mais caro, então, que não o fizessem. Mas, se fosse a única opção, então que o fizessem, os bebés não podiam ficar sem ter a respetiva assistência.

Querira só dar uma nota muito breve, numa questão formal sobre a moção, que dizia: “*Executivo CDU*”. Por acaso, era uma pena o Sr. Vereador Manuel Pisco não estar presente, porque ele mencionava sempre isso: “*O executivo somos nós todos.*” O executivo, de facto,

eram ele todos. Percebia que não tinha sido com maldade, nem de perto nem de longe, mas, efetivamente, do ponto de vista formal, não havia um executivo de uma única cor política, o executivo tinha diferentes cores. Ainda por cima, achava que a moção era sobre uma causa em que toda a gente estava de acordo. Por isso, enfim, se quisessem colocar “Os Vereadores da CDU” ou “A Presidente da Câmara Municipal”, como, às vezes, costumavam colocar, tudo bem, aprovava à mesma, “Executivo CDU” é que não era correto e, depois, não valia a pena porem uma coisa na ata que tivesse uma pequena imprecisão.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que era só para acrescentar que aquilo que tinha sido dito pelo vereador – e bem -, que tinha havido, efetivamente, um investimento e que estava visível no Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, em equipamento.

Pensava que ninguém fazia um investimento em equipamento de ponta, em equipamento de última geração, se não tivesse a vontade de contratualizar recursos humanos. Via-se que as dificuldades eram, mesmo, nos concursos, que as pessoas não aderiam. O plano de carreiras era fundamental que fosse revisto, e, nisso, todos eles concordavam.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha uma carta do Sindicato dos Médicos, mas estava dentro do contexto que ambos os vereadores tinham colocado e que, também, o Vereador Ricardo já tinha posto. Tinha que ver com a atualização das carreiras, e, portanto, com o não, a contratação de médicos a empresas externas ao Serviço Nacional de Saúde, que custavam, por hora, 3, 4 e 5 vezes mais.

Para isso, havia dinheiro, para atualizar as carreiras dos médicos não havia dinheiro. Por isso, não era atrativo as pessoas virem trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde. Ficavam em clínicas privadas, hospitais privados ou nessas empresas, onde ganhavam, de facto, mais, do que o Governo optar por fazer a atualização das carreiras. Mas havia dinheiro para a contratação dos médicos fora. Era isso que dizia o comunicado do Sindicato dos Médicos.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 21 de julho de 2021**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

### **2. Deliberação n.º 207/2021 – Proposta n.º 13/2021 – GAP – PER-Processo Especial de Revitalização – Vitória Futebol Clube, S.A. - Processo 1975/21.1T8STB-J1 – Ratificação de despacho (voto favorável)**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, de forma muito objetiva, tinha uma pergunta para fazer. Não sabia se a Sra. Presidente, eventualmente, teria essa informação, ou não, não era obrigatório que tivesse, mas achava que, ainda assim, era pertinente. Considerando o volume de apoios que tinha sido dado ao Vitória Futebol Clube - clube de que, naquele caso, estavam a falar da SAD -, se, enfim, a perspetiva de unidades de participação na SAD do clube se mantinha com uma perspetiva minoritária ou maioritária. Não sabia qual era o plano.

Havia uma alteração acionista, etc, havia uma tentativa de tentar reequilibrar a SAD, e, conseqüentemente, o clube, mas isso não deixava de ter relevo, porque apoiar desportivamente o clube não era a mesma coisa que viabilizar financeiramente uma SAD, como era evidente. Portanto, eram duas realidades distintas e, naquele caso, estavam a falar da SAD e era importante perceber que tipo de cruzamento existia entre o clube e a SAD,

naquele momento, e se, eventualmente, para o futuro, existia alguma perspetiva, ou não, se os investidores que estavam cá iriam sair ou não. Não era obrigada a ter essa informação, era só uma mera dúvida, que achava que tinha relevo e que tinha importância, considerando o interesse público do Vitória.

A segunda questão: Quando essa questão foi colocada, o PSD tinha-se manifestado respondendo ao e-mail, dizendo que se manifestaria na reunião de Câmara, coisa que estavam a fazer naquele momento e, para eles, seria um voto de abstenção, naturalmente, compreendendo a importância do Vitória Futebol Clube, mas havia, efetivamente, uma questão muito importante sobre o valor que ali estava, muito importante sobre a certeza que era fundamental assegurar para o futuro, e, portanto, não inviabilizariam, nem de perto nem de longe aquilo que era o futuro do Vitória Futebol Clube, a importância desportiva que tinha para o município, para o concelho, mas era, efetivamente, fundamental perceber que tipo de clube e que dimensão e que perspetivas é que seriam para o futuro.

Não cabia à Câmara dizê-lo, nem de perto nem de longe, cabia ao clube, mas esse não era um cenário de que estivessem bastante distantes, daí aquela posição.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não queria fazer grandes comentários acerca da proposta, focando-se unicamente naquilo que era o processo de revitalização e aquilo que era a necessidade de trazer aquela proposta, com o voto que a Sra. Presidente tinha tido. Tinha poderes para o fazer, já que não tinha havido reunião da Câmara ultimamente e tinha que ser feito em tempo útil.

Como sempre tinham feito relativamente ao clube, entendiam que a responsabilização dos corpos sociais, das direções, das administrações, dos associados, tinha que ser, de uma vez por todas, assumida. O apoio da Câmara Municipal era um apoio necessário, fundamental para que o clube, a instituição desportiva mais importante do concelho, tivesse viabilidade, mas era importante que se assumisse, de uma vez por todas, a responsabilidade, o clube, os seus associados, as suas administrações, aquilo que era a gestão dos dinheiros públicos.

Relativamente à SAD, realmente, era um processo diferente, mas entendiam, face àquilo que era a proposta e reconhecendo que havia a necessidade, efetivamente, de dar um parecer favorável a essa proposta.

**Sra. Presidente** – Disse que não tinham conhecimento desse milhão que a Câmara Municipal tinha dado ao Vitória. Aquando da transformação da contabilidade, do POCAL para a contabilidade analítica, tinha sido preciso picar. Tinham sido meses a fazer essa conversão para a nova contabilidade e tinha aparecido - estava nas dívidas - um 1 milhão e tal, porque, quando se constituiu a SAD, o Município tinha sido subscritor de 40 por cento e, além desses 40 por cento das ações que nunca tinham existido, o Município tinha entrado com esse milhão, que tinha aparecido na "limpeza". Tinha ido ao fundo e, na "limpeza", tinha aparecido, então, como uma entrada de suprimentos da Câmara Municipal na SAD.

Portanto, aquando da elaboração daquele PER, o nosso advogado tinha chamado a atenção do Vitória: *"É preciso o reconhecimento desta dívida, destes suprimentos, por que é preciso que, na contabilidade da Câmara, apareça um documento que não existe."* Não havia o reconhecimento da dívida, não havia documento. Estava lá um papel, e, portanto, depois esse papel tinha tido que bater certo com tudo, com a onda toda que se tinha que fazer de fio-a-pavio, de todas as contas, de forma informática, desses dinheiros todos.

O Vitória, inicialmente, não tinha reconhecido essa dívida, tinha ido dizer que não tinha entrado lá dinheiro nenhum, e o nosso advogado tinha dito: *"Então, temos que pôr uma ação em tribunal, para se confirmar essa dívida, porque tem que haver um documento aqui dentro, ou do tribunal, do reconhecimento da dívida, ou vosso. Tem que cá estar um documento, porque, senão, parece que voou daqui 1 milhão e tal de euros."* O Vitória também tinha tido que fazer e refazer a sua contabilidade para o PER, dos últimos meses, quase um ano àquela parte. Também tinha tido que refazer toda a contabilidade e tinha sido quando refazia isso que tinha encontrado, também, documentos desse milhão e tal.

Portanto, batia certo e o Vitória, imediatamente, tinha feito esse reconhecimento. Naquele momento, estava tudo resolvido. Havia o reconhecimento da dívida e já estavam cá documentos, na nossa Câmara, e, portanto, esse reconhecimento tinha tido que entrar no PER, de 44 milhões, da SAD, da dívida. Nos 44 estava lá 1 milhão e tal e receberiam quando recebessem os outros credores, sendo que, na lista dos credores, estavam lá para baixo: Primeiro, a AT (Autoridade Tributária), a Segurança Social, o normal. Se, algum dia, conseguissem pagar à Câmara Municipal, seria com essas 150 prestações, mas já era boa a regularização disso tudo. Era bom ficar tudo preto no branco, que era para não haver dúvidas, nem para o Vitória nem para a Câmara Municipal. Era isso que se pretendia.

Tínhamos que fazer esse voto favorável relativamente a essas contas todas. Se não fosse assim, havia 5 credores, entre as dezenas ou centenas que estavam no PER, que não tinham votado, que não tinham aceitado o PER, mas, tendo em linha de conta a grandiosidade do outro número de credores que tinham aceitado, incluindo a Câmara de Setúbal, tinha tido o voto favorável de 90 por cento dos votos para o PER ser aprovado no tribunal. Só faltava a homologação, que não sabia se já tinha sido feita naquele dia, e, sem a homologação também não se conseguia inscrever os jogadores.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que era uma mera questão técnica. Confessava que não se recordava, mas também dependia da forma como tinham sido feitos. Não se recordava se sobre os suprimentos eram devidos, ou não, juros. Acreditava que sim e não sabia se, ali, estavam ou não.

**Sra. Presidente** – Disse que não. Tinha aquele valor porque tinha havido a reconversão, na altura era, ainda, em escudos e, quando se fazia a reconversão, dava um milhão duzentos e sete...

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que estava a falar da questão do capital, ou seja, o valor do capital alvo do empréstimo, de suprimentos. Naquele caso, tinham sido suprimentos.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha que ter juros.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, sobre esses, se não estava em erro – era aí que confessava que não tinha a certeza legal, mas achava muito pouco provável -, sobre esse valor de capital que era alocado cabiam juros a quem fazia o suprimento. Achava que nem sequer era à taxa legal, achava que era outra taxa, convencionada ou com base na Euribor ou coisa parecida, se a memória não lhe falhava.

**Sra. Presidente** – Disse que eram taxas superiores, achava que eram taxas superiores, até.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - Disse que também achava que sim, e, se assim fosse, teria que estar ali incluído. Se fosse só o capital, depois iriam ter problemas, outra vez, mais para a frente. Estariam a aprovar uma coisa...

Era só porque ainda tinham tempo para retificar, se fosse caso disso. Podiam, até, aplicar a expressão “os respetivos juros” ou coisa parecida, só para não terem nenhuma chatice na análise do documento.

**Sra. Presidente** – Disse que não sabia.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que aquilo iria passar à mesma. Sugeriu fazer um compasso de espera, deixar para o fim, ou, então, dizerem-lhe que isso não fazia sentido.

**Sra. Presidente** – Disse que o Dr. Álvaro tinha perguntado e era só capital.



**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Perguntou se não eram devidos juros por eles terem sido perdoados. A sua dúvida não era se ali só estava o capital, já tinha compreendido que estava, porque a própria proposta inicial dizia o valor que a Câmara tinha dado, um milhão e tal, e o valor que, naquele momento, estava a aceitar ao nível do PER, um milhão e tal. Era igual. Desde o momento em que a Câmara tinha dado até àquele momento, eram devidos juros, ou não? Se fossem devidos juros e os quisessem perdoar tinham que deliberar que os queriam perdoar. Se calhar, até podiam, mas tinham que deliberar, para ficar claro, porque, senão, não ficava. Se fossem devidos legalmente...

**Sra. Presidente** – Disse que não estava no plano. Nenhum credor tinha pedido juros.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que aquilo eram suprimentos. Um credor normal fornecia um bem ou um serviço e podia prescindir dos juros respetivos, à taxa legal. Nos suprimentos também podiam? Não sabia.

**Sra. Presidente** – Disse que não sabia, mas podiam passar à frente, e, se calhar, perguntar ao Dr. Vítor Hugo.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que era um suprimento, portanto, era como acionista. Portanto, teriam que decidir, eventualmente, que não queriam, ou, então, se calhar, não seria preciso decidir nada, se não quisessem juros sobre os suprimentos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, na sequência da questão colocada pelo Vereador Nuno Carvalho, tinha feito uma busca rápida, e, efetivamente, sobre os suprimentos, à partida, seriam devidos juros. Eles não constavam daquilo que tinha sido aprovado no PER. Aquilo que estava avaliado como dívida era, apenas, o capital.

Poderia ter a ver com a forma como o reconhecimento da dívida tinha sido feito. Se tinha sido obtido o reconhecimento de dívida em singelo, tinha sido reconhecida em singelo, se o processo tiver dado entrada com o pedido de reconhecimento da dívida e o pagamento dos respetivos juros, os juros deveriam lá constar.

Dependia da forma como o processo tinha sido colocado. Isso já ultrapassava aquela deliberação, a ratificação e o próprio PER, tinha a ver com a forma como o processo judicial tinha sido colocado em tribunal, para que o Vitória assumisse a dívida, se tinha sido colocado, apenas, com o pedido de reconhecimento da dívida em singelo ou, também, com os juros devidos.

**Sra. Presidente** – Disse que já tinham falado com o advogado e que ele tinha dito: *“Na consulta aos documentos do departamento financeiro, não existe nenhuma deliberação da câmara. Apenas um despacho, do senhor presidente, na altura, o Presidente Mata Cáceres, a dizer para se pagar. Pague-se ao Vitória Futebol Clube. Não existe contrato de suprimentos, logo, nada estipula as condições em que o empréstimo diz respeito, no que diz respeito aos juros. Por isso tem que ser só o valor, tal como está”*.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 6 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

### **3. Deliberação n.º 208/2021 – Proposta n.º 39/2021 – DAF/DICOR – Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2022**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**4. Deliberação n.º 209/2021 – Proposta n.º 40/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para a Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a Conceção, Construção e Gestão de Parque Aventura, na Gâmbia, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 210/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Condições de alienação de lotes de terreno integrados no Loteamento Municipal do Casal das Figueiras, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 211/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 3830 m2, sita em Poço Mouro, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 31.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que tinha uma questão que era a seguinte: A Sra. Presidente tinha dito que era para cedência em direito de superfície - por acaso, não tinha encontrado essa designação, tinha pensado que seria o terreno integralmente - e sem qualquer possibilidade de reversão? Teria ouvido mal ou lido mal a proposta?

**Sra. Presidente** – Disse que não tinha falado na reversão.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que não, ele é que estava a perguntar.

**Sra. Presidente** – Disse que não, havia sempre reversão. Devia ter um tempo para construção.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que concordava com a Sra. Presidente, só que não estava a encontrar isso.

**Sra. Presidente** – Disse que não estava na proposta mas devia estar. Não sabia se decorria da lei ou se devia estar na proposta, que, no espaço de “x” anos – tal e qual como os outros lotes -, se não houvesse construção, devia haver reversão para a Câmara.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Perguntou se a Sra. Presidente tinha referido direito de superfície, porque, pedia desculpa, mas não tinha encontrado a designação “*direito de superfície*”, mas podia estar a ver mal. Dava-lhe ideia que era o terreno integralmente ou estava a ver mal, não sabia.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha falado no direito de superfície na carta para a avaliação.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - Perguntou se, daquele terreno era só o direito de superfície ou era o terreno, integralmente.

**Sra. Presidente** – Disse que era integral, senão nem conseguiriam ir ao PARES, porque tinham que ter o terreno em direito de superfície e tinham que ter o projeto aprovado. Portanto, depois de terem o terreno, tinham que fazer o projeto, para, quando abrisse o PARES, irem à candidatura, senão não seriam considerados. Normalmente, ainda teriam que ir buscar ao banco dinheiro, para pagar a comparticipação da instituição. O PARES não financiava a 100 por cento, financiava 60, 70, 80, não sabia, era por aí. Sabia que não era como o QREN ou os outros projetos, que financiavam a 50 por cento. O PARES financiava a mais, mas, normalmente, as instituições tinham que ir, depois, ao banco, financiarem-se para o resto da construção, para a comparticipação da instituição. Portanto, se fosse com direito de superfície o banco não emprestava dinheiro.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, se eles tinham uma candidatura ao PARES – estava a comparar com outra candidatura ao PARES -, a proposta a seguir diria “candidatura ao PARES, para 80 utentes”, dizia, especificamente, o que era – até teria que ver se, também, não dizia “*direito de superfície*”, mas essa seria outra questão -, mas, ali, não dizia quantos utentes é que seriam, era bastante vasto ou bastante geral ou genérico, no que dizia respeito àquilo que era o âmbito. Então, se tinha uma candidatura ao PARES, devia ter ainda mais informação sobre isso.

**Sra. Presidente** – Disse que não, ainda teriam que fazer a candidatura.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que aqueles também. Dizia “*com capacidade para 80 utentes.*” Se eles tinham pedido o terreno já deviam ter projeto. A Sra. Presidente percebia a questão? Parecia que seria o terreno integralmente, mas podia estar enganado. Podia haver alguma lei que dissesse que não era, mas tinha essa dúvida.

**Sra. Presidente** – Disse que a Dra. Sílvia estava a chamar – e bem – a atenção. Só estavam a desafetar do terreno, ainda não o estavam a doar, mas seria para doar. Naquele momento, só estavam a desafetar do domínio público municipal para o domínio privado. Depois, então, é que haveria a deliberação da doação.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que conseguia compreender isso na perfeição, mas estava a comparar com a proposta que viria a seguir. Nas questões que estava a colocar, estava a usar o mesmo padrão da proposta que seria apresentada a seguir. A proposta dizia 80 utentes e a proposta que viria a seguir até lhe parecia que só falava de direito de superfície, mas podia estar enganado, e também era PARES.

**Sra. Presidente** – Disse que o direito de superfície era referido na carta da Comissão de Avaliação, não era na proposta.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que estava bem. Então, seria depois, quando viesse à reunião da Câmara.

**Sra. Presidente** – Disse que ali é que falava no PARES, mas, no outro caso, também teria que ir aos PARES. Sozinhos, eles não conseguiriam fazer a obra.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que estava bem e perguntou se, quando viesse a reunião da Câmara viria, também, o projeto, como era evidente.

**Sra. Presidente** – “Pois...”

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 212/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 5337,48 m<sup>2</sup>, sita em Quinta da Amizade, na Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 213/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 83 m<sup>2</sup>, sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 214/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 1900 m<sup>2</sup>, sita na Avenida Belo Horizonte, na Freguesia de São Sebastião, à Templo de Setúbal – Igreja Evangélica Filadélfia**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que tinha mais perguntas, perguntas simples. O ponto 5.º, que fazia referência, apenas, “*ao destino da cedência a atribuir à parcela então desafetada*”, tanto quanto conseguia compreender – que o corrigissem se estivesse errado - significava que o terreno, a propriedade do terreno, se mantinha, só que não tinham nenhum ónus.

**Sra. Presidente** – Disse que aquela parcela era toda jardim. Na totalidade, iriam tirar 1900 metros, para vedar, tirar um bocado para fazer essa igreja. Inicialmente, estava só para jardim.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, quanto à deliberação 113/18, só estavam a retirar o destino da cedência.

**Sra. Presidente** – Disse que sim. O Vereador Carlos Rabaçal é que tinha tratado daquilo. O Vereador Nuno Carvalho estava a perguntar se, no ponto 5, onde dizia “*deverá considerar-se sem efeito a parte da deliberação 113/18*”, isso queria dizer que aquela deliberação, relativamente a esse terreno, era só para o jardim?

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a proposta referia a anulação de uma deliberação anterior. Essa deliberação tinha feito um destaque de um terreno na Praceta Joaquina Guerreiro, para o mesmo efeito. Ora, como não iria realizar-se essa atividade na Praceta Joaquina Guerreiro, mas naquele novo espaço, como esse destaque da Praceta Joaquina Guerreiro tinha sido registado em nome do Município, o que se mantinha era esse registo em nome do Município, mas não ficava a parte da deliberação para o uso que estava definido nessa deliberação anterior.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **10. Deliberação n.º 215/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

#### **11. Deliberação n.º 216/2021 – Proposta n.º 47/2021 – DAF/DICONT – Abertura de Conta – IBAN Dedicado**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **12. Deliberação n.º 217/2021 – Proposta n.º 48/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 1690 m<sup>2</sup>, sita na Rua Sílvia Maldonado, na União de Freguesias de Setúbal, à Casa de Pessoal da SECIL**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **13. Deliberação n.º 218/2021 – Proposta n.º 26/2021 – DURB – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que se tratava da atualização da Estratégia Local de Habitação, que visava criar condições para terem o apoio do PRR. Tinham aprovado, numa reunião anterior, uma outra deliberação, a 196/2021, que propunham revogar no último ponto daquela proposta. Entretanto, já tinham notificado o IHRU da alteração que iam fazer. Já conheciam, informalmente, as nossas intenções e estavam a aguardar a deliberação.

A diferença entre aquela deliberação e a anterior tinha que ver com as intervenções públicas no território da Quinta da Amizade. Tinham revertido essas intervenções públicas para o território do PIS, perto da Bela Vista, e o conjunto dos fogos que estava previsto serem construídos e constituídos no território da Quinta da Amizade, revertiam para o território de Setúbal Nascente.

Isso tinha acontecido porque tinham avançado com a proposta e tinham ido falar com os moradores da Quinta da Amizade, que lhes tinham demonstrado que, do ponto de vista urbanístico, havia uma complexidade muito grande nessa proposta, na medida em que aquela urbanização, que tinha sido uma construção do Partido Socialista, era uma urbanização que estava construída sem qualquer equipamento e tinha sido assim desenhada. Mais, era uma urbanização que estava incompleta e indefinida nalguns aspetos do acabamento da sua organização, na medida em que alguém tinha pensado, à época, que o território do Ministério da Agricultura, mais dia, menos dia, seria urbanizável e não iria ser. Portanto, a intenção do urbanismo municipal era procurar fechar a malha urbana por essa via.

Tinham concluído que, tendo em conta a situação da ausência de equipamentos naquela urbanização, tendo em conta que havia intenções de construção, que não estavam ainda na Câmara mas que existiam e que iriam acontecer, tendo em conta a dimensão do loteamento já aprovado, iriam acrescentar mais pessoas a um espaço que não tinha condições. Embora a ideia fosse criar condições, o facto é que iria acontecer primeiro haver lá as pessoas, e, se calhar, as condições não estariam.

Tinham decidido reverter essa decisão e, naquela urbanização, trabalhar intensamente com os moradores, quer com a associação quer com outro grupo, que, entretanto, tinha surgido e se tinha organizado, no sentido de dotar aquele espaço dos equipamentos que não tinha, fosse de saúde, fosse cultural, fosse desportivo, fosse educativo, fosse social, etc. Portanto, havia um trabalho a fazer naquela urbanização, de resolver um problema que tinha ficado por resolver à época. Não tinha sido, exatamente, o que tinha acontecido em Azeitão, porque havia esgotos e havia abastecimento de água. Em Azeitão nem isso existia, nas urbanizações que tinham sido à época. Aquela tinha essas condições, mas não tinha equipamentos.

Tinham analisado isso com o Urbanismo e tinham entendido que deveriam fazer esse caminho da dotação daquela urbanização de meios e recursos e equipamentos que não tinha, que iriam servir os que já lá estavam e aqueles que, naturalmente, iriam estar, decorrente do desenvolvimento da própria urbanização, situação que iria evoluir muito rapidamente. Também tinham decidido intervir nas acessibilidades e garantir o fecho da malha de acessibilidades, designadamente o prolongamento da Avenida Quinta da Amizade até ao Lidl, que era uma peça essencial, assim como a ligação à Avenida José Saramago.

Tinham decidido que essa preocupação dos moradores era justa e que tinha sido uma ideia do Urbanismo, que não tinha tido em conta vários aspetos, no planeamento. Não tinha sido só

do urbanismo, tinha sido da habitação, da área social, da equipa que tinha olhado para aquilo. Eles mesmos não tinham os dados todos e o facto é que tinha sido...

**Sra. Presidente** – Disse que sem a atualização daquela estratégia local de habitação, a concessão da “bazuca” (o dinheiro) não chegava, ficava parada. Já tinham sido assinados, a reabilitação de pelo menos oito bairros sociais, com obras nos seus edifícios, instalações e habitações de propriedade pública, que tinham resultado na celebração do acordo de colaboração de vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil duzentos e catorze euros. Isso já estava assinado e pronto a chegar. Se não refletissem isso nos documentos e na estratégia local, no IHRU, corriam o risco de eles entenderem que tinha que ser feito como estava inicialmente previsto. Achavam que os moradores tinham razão, relativamente àquela preocupação, que inicialmente não tinha sido acautelada e, era a conversar que as pessoas se entendiam.

Aquela reunião tinha sido muito bem-feita, levantar aquela preocupação. Aquilo estava a ser retificado e, portanto, não ia acontecer o que estava previsto inicialmente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não tinha explicado tudo, porque na reunião anterior já o tinha feito. De qualquer maneira a Senhora Presidente já tinha dito que tinham um protocolo aprovado de quase vinte e três milhões para reabilitação de oito bairros, mas, a proposta do PRR, ia permitir cobrir os treze bairros, partes comuns, telhados, eficiência energética, tudo isso, mais casas de banho e cozinhas e ia permitir construir quinhentos e tal fogos. Só com o PRR é que iam entrevir na construção, sem PRR não o fariam. Eles estavam á espera daquela proposta, para encacharem essa proposta, na proposta do PRR Habitação AML, para poderem fazer evoluir o processo. Aquela proposta não era diferente no número nem nos valores, no essencial era diferente na localização dos fogos. Era essa a questão fundamental. Para eles não era uma alteração de fundo, porque era uma questão de dinheiro, para a câmara era relevante porque era noutra espaço.

**Sra. Presidente** – Disse que para eles não era porque eram números, para a câmara era porque era a vida das pessoas que ali estava. Era de mudar de sítio e de adaptar às características dos locais e das pessoas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o Partido Socialista, não se iria opor aos compromissos que já tinham sido assumidos, que correspondiam efetivamente a necessidades de habitação do concelho e, era também sensível quanto ao sentido de urgência para a resolução das situações, até porque havia mais de 20 anos que não se construía um fogo de habitação pública no concelho de Setúbal e, infelizmente havia uma procura crescente e uma necessidade crescente de terem habitação pública, não só de renda apoiada mas também de arrendamento acessível. Acompanhavam naturalmente a preocupação dos moradores da Quinta da Amizade, já tinham tido oportunidade de o fazer, com aquilo que tinha sido a proposta apresentada na última reunião. O que estranhavam era que num município e, um executivo que costumava puxar dos galões e dizer que ouvia a população antes de apresentar as propostas, as coisas tivessem sido feitas precisamente ao contrário. Que se tivesse apresentado a proposta e, só depois se ouvissem as preocupações da população.

Também não entendiam a necessidade, se calhar até entendiam, do senhor Vereador Carlos Rabaçal, querer empurrar a responsabilidade da proposta que ali tinha sido apresentada para o Departamento de Urbanismo. Quem apresentava as propostas e quem as decidia eram os decisores políticos e, tinham sido os senhores que tinham apresentado a proposta. Dizer que a ideia tinha sido do Urbanismo, que tinha sido planeada e que eles não tinham visto bem... tinha muita pena, mas não era assim que as coisas aconteciam.

A verdade era que aquela estratégia local de habitação, de estratégia só tinha o nome. Faltava uma visão clara para a cidade, andavam de erro em erro, andavam de lapso em lapso, como se tinha visto com a proposta para a Quinta da Amizade, onde aquilo que era

apresentado era a construção de um novo gueto e não a integração de habitação de renda apoiada, naquilo que era a restante malha urbana da cidade. E o que lhes tinham trazido naquele dia, tinha sido o reforço de construção de renda apoiada, numa zona suficientemente estigmatizada e com isolamento social, que temiam que se prolongasse através daquela proposta.

No fundo aquele ziguezaguear não era mais do que aquilo que, também, tinha acontecido com a proposta para a Igreja Evangélica Filadélfia, que tinham votado há pouco e, que também por contestação da população da zona da Lanchoa tinha visto a sua localização alterada. Da mesma forma de que dali a pouco iam votar o arquivamento de 10 processos disciplinares a trabalhadores da Câmara, também certamente levantados sem a devida atenção e sem o devido fundamento. E era aquele ziguezaguear de quem estava em fim de ciclo que acreditavam que poderia ser evitado. Pediu que até dia 26 não mexessem em mais nada, porque cada vez que mexiam depois tinham que andar a alterar. Seria melhor que não o fizessem.

Aquele documento, aquela estratégia local de habitação tinha sido feita a contragosto, sabiam isso, o senhor Vereador Carlos Rabaçal já o tinha admitido em reuniões passadas. Tratava a habitação pública como se fossem peças de lego. Quando não as encaixavam num sítio, procuravam no tabuleiro outro local onde as conseguissem encaixar.

Eram 20 anos de política de alienação de património. Tinha solicitado ao Gabinete de Apoio à Presidência, no dia 3 de junho de 2020, uma relação do Património Imobiliário do Município, para perceberem de que forma é que poderiam enquadrar a nova habitação naquele território. Continuavam a aguardar respostas, já tinha passado 1 ano. Também não era algo que fosse incomum, porque aqueles pedidos normalmente não obtinham resposta por parte do executivo.

Portanto, não concordando com o modelo de habitação pública que lhes era proposto, o Partido Socialista, não se iria opor aos compromissos assumidos e iriam se abster naquela votação.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que achava que o senhor vereador queria festa, mas não a iria ter, tinham mais que fazer. Estavam ali para trabalhar, não estavam ali para festas. Já tinham previsto construção, no espaço onde integravam presentemente a estratégia local, isso já estava previsto, era previsto numa outra fase, tinha avançado primeiro. Não se tratava de uma ausência. Aquilo estava a ser tratado há muitos meses com o IHRU e, estava definido no território todo aonde é que iam construir. Isso estava tudo definido, tudo claro, ia para a Quinta da Parvoíce, onde iam desaparecer as barracas.

Achava que os senhores estavam com uma irritação, decorrente da solução dos problemas, ficavam doentes com a solução dos problemas. Os senhores tinham feito uma festa com a existência da Quinta da Parvoíce e, um combate político tremendo contra a câmara, sendo aquilo do IHRU, porque aquilo não se resolvia. Quando aquilo se resolveu tinham ficado tão zangados e incomodados que até metia dó. E tinham chegado ao ponto de fazer uma coisa que era inenarrável. Tinha colocado um cartaz do Partido Socialista, junto à Quinta da Parvoíce, a dizer: “que a palavra dada é palavra honrada”, o PS nunca tinha dado palavra nenhuma sobre aquilo, não tinha honrado palavra nenhuma, quem tinha feito aquilo tinha sido o executivo, estavam a realojar as pessoas, iam acabar com o último reduto de barracas de Setúbal, finalmente. E os senhores estavam zangados. Era uma bandeira eleitoral do Partido Socialista que tinha caído. Paciência, tinha pena que estivessem tão tristes, mas antes o Partido Socialista do que eles e do que as pessoas. Os senhores preferiam que não se resolvesse para terem a bandeira eleitoral da Quinta da Parvoíce.

Em relação à segunda questão, os senhores sabiam pouco e deveriam saber mais, talvez, se estivessem mais atentos, que tinham feito centenas de reuniões, com moradores, naquele concelho. Ele próprio diretamente, e dessas centenas de reuniões, tinham sido também, muitas e muitas dezenas de intervenções urbanas de reabilitação urbana para corrigir o urbanismo terceiro mundista que o PS tinha deixado. Podia dar dezenas de exemplos. Podia dar dois ou três para não cansar as pessoas. Por exemplo, o Monte Belo Norte que era um

conjunto de torres. Havia um parque urbano lindo no meio, os senhores tinham vendido o parque urbano, para fazer mais quatro torres, não havia estacionamento, não havia espaço verde, etc., era assim que funcionavam.

Fossem ver como funcionava Azeitão. Azeitão tinha urbanizações a cortar as ribeiras, se houvesse uma situação catastrófica, do tipo da que tinha acontecido na Alemanha, ou recentemente no Japão e noutros países iam as urbanizações por ali a fora. Porque tinham ribeiras gigantes canalizadas em tubinhos, por baixo das urbanizações, tinha sido esse os trabalhos do PS. Tinha feito urbanizações inteiras sem um esgoto, sem abastecimento de água, sem uma rua, sem uma calçada, sem nada. Estavam a gastar milhões para repor aquilo, que os senhores não tinham feito e, era dinheiro que lhes tinha sido entregue pelos urbanizadores e, os senhores não tinham feito as obras de infraestruturas. E agora, eles é que estavam a fazer o trabalho de substituição do urbanizador e, ou, da câmara, da altura, que não tinha feito.

Aquilo estava a acontecer por todo o lado. Estavam a fazer reuniões na cidade toda, a tapar esses buracos, esses problemas urbanos que os senhores tinham deixado. Dessas reuniões todas, centenas de projetos apresentados, às pessoas, tinha havido quatro projetos que tinham tido uma discussão mais acesa. Até poderia dizer quais eram, para ficarem todos contentes e irem explorar. Tinha havido um que tinha tido uma nega muito interessante, que tinha sido o largo onde ficava o Liceu e as traseiras do Padre Maria Nunes...ou algo assim, atrás do Vitória. Tinha pensado fazer uma abertura, para a Avenida da Europa, a partir dali. Um projeto que do ponto de vista da mobilidade faria todo o sentido, em termos de gestão da mobilidade.

Tinha ido reunir com as pessoas, a Senhora Presidente, o Presidente de Junta, ele próprio, outros vereadores e, as pessoas tinham dito que não, que não queriam aquilo. Disseram que queriam a reabilitação e tinham feito uma serie de coisas, mas não queriam essa saída porque alterava a vida deles e, o tipo de vivência que tinham da praça.

A senhora Presidente disse que estava ali o senhor engenheiro que tinha feito aquilo, era um engenheiro fantástico, mas aquilo não iria avançar e, não avançou. Aquele tinha sido um dos exemplos que tinham tido. Tiveram depois discussões, as pessoas davam a sua opinião. Isso era uma coisa normal e banal, era a democracia a funcionar, não sabia se os senhores sabiam o que isso era, mas isso era mesmo a democracia a funcionar.

Outro exemplo, tinham uma rua, muito interessante, chamada Flávio Resende. Aquela rua era uma rua do urbanismo terceiro mundista, que tinha ficado interrompida por treze ilhas de casas abarracadas e, que a câmara tinha permitido, ao construtor construir, deixando a rua interrompida duas vezes. Tiveram que fazer expropriação, resolver o problema. A rua estava linda, estava aberta, estava a funcionar e tinha regressado ao seu dinamismo normal. Poderiam continuar....

Outra situação onde tinham tido uma reação negativa tinha sido aquela da Quinta da Amizade e, também na Joaquina Guerreiro. De resto, em centenas de propostas, de projetos e reuniões, tinham tido a adesão das pessoas, o ajustamento de opinião, o normal, era a democracia a funcionar.

O que tinha acontecido na Joaquina Guerreiro, para grande tristeza do candidato do PS à Presidência da Câmara, que tinha lá ido, na esteira das confusões, foi que aquilo se tinha resolvido. E não só se tinha resolvido, como se tinha criado um mecanismo de participação regular e organizada dos moradores, com um grupo de moradores organizados, que iria reunir com ele, no dia 16, para tratar do projeto da praceta em termos e requalificação. Praceta que estava havia 40 anos, que os senhores a tinham deixado lá por resolver, com o Professor Mata Cáceres, na altura e, tinha ficado lá, o tal tempo evangélico, no meio, que lhes criava alguns problemas e que eles tinham entendido retirar.

Não podiam fazer tudo ao mesmo tempo, tinham deixado tanta desgraça que tinham que ir por partes. E iam caminhando tentando resolver. Era muito dinheiro, tinham sido milhões que os urbanizadores tinham poupado, ou que tinham dado e, os senhores não tinham feito o que deveriam ter feito, em termos urbanos. Era preciso saber isso e, era preciso que isso fosse dito.

SH

O que tinha acontecido na Quinta da Amizade tinha sido democracia, tinham aprovado ali uma resolução, pela pressão do PRR, para ter resposta rápida e pronta, quem tinha pensado aquilo, tinha pensado no fecho da malha urbana, tinha tido uma ideia interessante, tinha-se esquecido de outros pormenores, que tinham sido lembrados e ditos pelos moradores. E o que tinha sido dito na reunião, ouvidos os moradores e os argumentos, tinha sido que aquele processo não ia avançar e ia ser revertido. Isso chamava-se democracia a funcionar. Não sabia se sabia o que era, mas era assim que funcionava.

Na Praceta Joaquina Guerreiro a mesma coisa, tinham chegado ali com um projeto, não havia nenhuma deliberação, para avaliar e analisar. O projeto tinha sido avaliado, analisado, corrigido, ajustado, etc. Fizeram nas Colinas de São Francisco, fizeram em todo o lado esse tipo de reuniões e, discutiam e acertavam com as pessoas. Era democracia a funcionar. E o senhor estava zangado, com a democracia a funcionar.

Era importante que aquela matéria ficasse clara.

Em relação à Estratégia Local, não ia gastar muito tempo com isso, porque já tinha havido discussões na assembleia, na câmara, na assembleia, na câmara, etc. Os senhores, Partido Socialista, tinha imposto aos municípios uma coisa que se chamava Estratégia Local de Habitação. Que não era estratégia nenhuma, era um instrumento burocrático, para travar o financiamento, durante três anos e, que só servia para o 1.º Direito, não tinha que ver com mais nada, da habitação no concelho, aconselhou-os a lerem e a verem o que era.

Tinham tentado ir mais longe, o que lhes interessava não era a estratégia local, era a Carta Municipal de Habitação, prevista na Lei de Bases de Habitação. Eles iam desenvolver e fazer uma carta séria, com uma estratégia à séria, não aquela que lhes tinham obrigado a fazer, que era só para o 1.º Direito, para a renda apoiada e para a renda acessível e ponto, não servia para mais nada. Se o senhor não sabia, ficava a saber, ou então não andava a ler, não andava a estudar os papéis. O senhor tinha razão, não era nenhuma estratégia, mas quem lhe tinha dado o nome e, quem tinha decidido que aquele instrumento burocrático, para ter acesso a financiamento se chamava estratégia tinha sido o governo, não tinham sido eles.

Todos os municípios tinham sido obrigados e, que apesar de estarem contrariados o Município de Setúbal, tinha sido o trigésimo município dos trezentos e oito a apresentar a estratégia e, tinha sido o sétimo município a aprovar um contrato programa de vinte e três milhões para iniciar a reabilitação.

Portanto, não brincavam em serviço, trabalhavam com os instrumentos que tinham, mesmo em desacordo com eles. Era a democracia a funcionar, outra vez, era uma chatice, não estavam habituados, era um problema.

Não tinham nenhuma dificuldade em discutir com as pessoas, não tinham nenhuma dificuldade em verificar, com as pessoas, se as soluções eram boas ou más e não tinham nenhuma dificuldade, nem nenhuma vergonha, nem nenhum empecilho mental, ou psicológico, de dizer que se tinham enganado, não tinham. E quando diziam que se tinham enganado, corrigiam e isso chamava-se modéstia democrática e, chamava-se democracia em funcionamento. O senhor não sabia o que isso era, e por isso dizia o que dizia, porque se soubesse o que isso era não dizia o que tinha dito. Se queria festa, não era por ali que tinha a festa. Ali levava a direito, e se insistisse levava mais.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que o histórico importante sobre aquela matéria, não iam fazer de conta que não haviam ali pessoas que tinham vindo de propósito para ouvir falar sobre aquilo. Tinha que ser sérios, tinham que compreender que aquilo tinha sido votado, tinha sido votado favoravelmente e, tinha sido votado favoravelmente por todos os partidos. Era preciso dizer isso.

Esse ponto era fundamental, até por uma questão de dignidade, de edificação e também, o senhor Vereador Joel não tinha dito o contrário. Referiu, porque achava que era importante. Quando faziam a crítica não deviam estar isentos daquilo que era responsabilidade deles, e tinham votado e, votado favoravelmente, isso é que era ser sério.

Haviam duas partes dentro daquela decisão. Havia uma parte dentro daquela decisão, que era ver como é que ela tinha sido tomada para não se repetir o erro. Era preciso perceber a

SK

forma e o procedimento. Percebia que a pressão era grande, percebia que os documentos tinham que estar prontos em cima da hora. Mas se aquela decisão era assim tão importante, os documentos tinham que chegar de uma forma mais antecipada, para poderem decidirem melhor. Esse aspeto era fundamental. E não era, como se sobre algumas decisões, até não houvesse a prática de enviar previamente as coisas e, de as abrirem com algum tempo. Sobre essa matéria era importante que isso acontecesse. Era importante, sobre o que ali estava, existisse efetivamente mais informação. Não sabiam que medida de planeamento é que depois era transposta para os outros locais, os espaços verdes, a envolvência, etc...Qual era a nova face da cidade que ia ser gerada ali. Até poderia ser fenomenal, até poderia concordar com tudo, ou poderia discordar com tudo. A questão era, que a ausência de informação não permitia o debate. E a rapidez com que a informação era colocada, como tinha sido da última vez, também não tinha permitido o debate. Mas isso não os devia imiscuir da decisão deles. Se tinham decidido, tinham decidido, tinham que assumir com decisão se não tinham dito na hora que não tinham condições para votar. Achava que ninguém tinha dito isso e, portanto, tinham que assumir isso, as pessoas estavam ali, tinham que assumir, falharam, falharam.

Segunda parte, era não voltar a falhar e não voltar a repetir aqueles processos. E como estava era o mesmo procedimento de ausência de informação. A não ser que não quisessem essa opinião. Se não queriam não debatiam, e faziam uma política de outra maneira. Se queriam, e se queriam envolver e identificar as deliberações nas reuniões de câmara, que eram públicas, o efeito não era só para os vereadores, era para a população era completar com mais informação, com certeza que aquilo não era só o que ia acontecer ali, ia haver mais, e não estava ali.

O terceiro aspeto, era aproveitar e falar da valorização do espaço, que não ia receber aquela zona, e que tinha que receber uma valorização. Se ia haver parque verde, se ia haver centro de saúde. Já tinha havido vários debates, que tinham sido colocados em cima da mesa, que envolviam a freguesia da Gâmbia, que envolvia aquela parte e aquela população. Vários partidos já tinham debatido sobre isso. Ele já tinha apresentado proposta sobre isso, já tinham falado sobre isso, o PS tinha as suas ambições, a CDU tinha as suas ambições, então que dissessem se ia haver parque verde, se ia haver escola básica, se ia haver centro de saúde, havia propostas, não havia propostas, ia avançar, não ia avançar. Era disso que aproveitavam alguma coisa. Deviam concentrar-se mais na trajetória futura e, não tanto em passar entre os pingos da chuva pelos erros cometidos, isso não servia de nada.

Não tinha sido intensão do senhor Vereador Joel, não tinha sido intensão do senhor Vereador Rabaçal, mas era a ideia que poderia passar e, por isso disse aquilo. Se concordassem tudo bem, se não ficava só a sua opinião e, a opinião do PSD, sobre aquilo que tinha que ser a seriedade sobre aquele ponto. Ficava muito bem poderem falar e aproveitar sobre aquilo que, de facto, tinha sido uma ambição. Tinha havido uma reunião pública, em que o senhor Vereador Rabaçal tinha ido e, se o senhor o senhor Vereador Rabaçal, nessa reunião pública tinha aproveitado para dizer que aquela decisão, e era factual, tinha sido aprovada com o voto de todos os partidos, esperava que voltasse a dizer sempre isso, quando reclamassem mérito sobre o trabalho feito. Porque isso ia-lhe ficar bem, era um sinal de coerência. Caso contrário seria um sinal de diluição de responsabilidade. E isso não precisava, sabia assumir a sua responsabilidade e a responsabilidade do seu partido. Estava como representante do PSD, nessas reuniões públicas, que até em algumas não deixavam entrar e tinham assumido isso. O PSD tinha votado a favor. Isso não tinha sido feito de acordo com a forma que deveria ter sido e, estavam a reverter de acordo com a forma que tinham de a reverter.

Quando fosse necessário falar pelo PSD, ele pedia-lhe, que não falasse pelo seu partido, não precisava, sabiam assumir a suas responsabilidades.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que falando à esquerda, ou ao centro esquerda, ou mais à direita estava de acordo com a intervenção do senhor vereador Nuno Carvalho. Aquela era uma discussão importante, que dizia respeito às pessoas, que dizia respeito à cidade e aos problemas das pessoas em concreto.

ST

A última decisão tinha sido uma decisão tomada por todos, em unanimidade, com base em informação, que tinha sido, se calhar escassa. E, naquele momento, continuavam a ter que decidir sobre uma informação que também, não era a mais completa, a mais apropriada para decidirem. A dificuldade em trabalharem em oposição, quando a informação que era solicitada, por vezes, não chegava a tempo, ou não chegava, era essa.

Assumiam as suas responsabilidades, em função daquilo que tinha sido a discussão da última reunião de câmara e, aproveitou para fazer um pedido ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, de não entrarem num argumentário excessivo, como o da última reunião. Tinha sido dito e falado na altura e, não gostava, enquanto vereador, e estando a terminar o seu mandato, que se voltasse a repetir aquilo que tinha acontecido na última reunião de câmara, relativamente àquela ou a outras matérias, isso não interessava. Estavam ali para tentar decidir e resolver situações em concreto.

O PS não tinha feito tudo bem e, a senhora Presidente, relativamente à intervenção da sua camarada, tinha dito que em Azeitão também não tinha feito tudo bem. Haviam erros que se cometiam. O Partido Socialista certamente tinha cometido erros na cidade e, na questão do urbanismo, como os senhores certamente iriam cometer e, seriam reavaliados. A história mais tarde faria esse julgamento. Mas, uma coisa não podia ser escamoteada, que era a verdade. E a verdade tinha sido que o Partido Socialista tinha erradicado as barracas do concelho de Setúbal. Isso era uma coisa que não poderia ser omitida, essa era uma verdade que tinha que ser dita. Tinha havido construção, sim. As barracas tinham desaparecido do concelho de Setúbal, e atualmente tinham voltado a aparecer no concelho de Setúbal. Essas coisas tinham que ser ditas, a verdade na política deveria prevalecer sempre, embora, às vezes não fosse conveniente assumi-la frontalmente, nomeadamente em situações como as que viviam atualmente, em véspera de eleições.

A intervenção do senhor Vereador Nuno Carvalho tinha sido assertiva. Partilhava integralmente daquela intervenção. Deviam decidir em função daquilo que era a realidade, mas deveriam ter conhecimento de tudo, daquilo que iria ser o plano de urbanístico para aquela zona da cidade, quais eram os equipamentos que iriam existir. Na Bela Vista existiam problemas sociais graves, falta de equipamentos. Tinha sido feito um trabalho, não dizia que não, assumia isso, embora sendo oposição ao executivo. O trabalho que estava a ser feito na Bela Vista era um trabalho de qualidade e, uma intervenção social importante, não podiam dizer que não. Iam continuar a ter necessidade de fazer esse trabalho ou, iam de raiz construir equipamentos sociais, equipamentos de apoio àqueles fogos que iriam ser construídos.

Eram essas coisas que gostariam que fossem trazidas e discutidas, para terem um conhecimento mais profundo, quando tinham que decidir e, às vezes não tinham esse conhecimento.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que às vezes ficava um pouco espantada com os acontecimentos na reunião de câmara. Muitas vezes tinham a ver, se tinham ou não público e, se havia necessidade de fazerem ali, alguma “*atuação*”, relativamente à questão.

Todos já tinham percebido, que aquilo que estavam a conversar, já tinha sido abordado anteriormente, também numa reunião pública. Era importante falarem entre o executivo, era importante discutirem e, a proposta ia ali, exatamente para isso. Mas em termos de atuação, achava que não lhes ficava bem. Ficava bem sim, quando detetavam que as coisas não estavam bem, terem a hombridade de voltar para trás e, verem qual era a melhor proposta, a que se adequava. E tinham feito isso em variadíssimas situações. Na questão da habitação e, em muitas outras questões e, tinham feito, muitas vezes, com a oposição e, tinham feito muitas vezes com os moradores. Porque existia uma certa consciência, de todos os onze, que estavam ali, daquilo que era o bem-estar e, o bem comum da população. Estarem com uma arma de arremesso nesse sentido, era complicado. E depois, aproveitar, para colocar tudo em causa, tudo o que já tinha sido votado na reunião anterior, isso não lhe parecia muito correto.

Em tom de alguma ironia, disse que brincar com as peças do Lego, tinha sido o que se tinha feito na década de 90, no concelho de Setúbal. Quanto mais peças de Lego fossem empilhadas melhor. E quanto mais peças de Lego estivessem juntas, sem sítio para os carros passarem, para haver estacionamento e, outro tipo de equipamentos, melhor. Peças do Lego devia ser da responsabilidade dos senhores e, deu o exemplo do Bairro Afonso Costa e, da excelência de urbanização que o Bairro Afonso Costa tinha sofrido, nos anos 90 em que as pessoas tinham sido “escorraçadas” do sítio onde viviam e, tinham ido viver, para onde, na altura o executivo da maioria do PS, tinham entendido que deviam ir viver, com uma grande mágoa daquelas pessoas naquela altura. Ficava para a memória das pessoas que lá tinham vivido que algumas “beneficiadas”, não se tinha percebido bem com que critérios, tinham ficado lá, no bairro de habitação pública que existia atualmente. Mas muitas delas tinham ido para sítios que não tinham nada a ver com as vivências que tinham naquela altura. Falou de coisas que conhecia, de coisas que tinha vivido, de coisas que tinha passado e que tinha crescido por elas. Compreendia muitas vezes a situação das pessoas em quererem defender uma certa identidade do sítio onde viviam, achava legítimo, e achava que eles enquanto eleitos só tinham que ouvir as pessoas. Pena que naquela altura ninguém as tivesse ouvido, por exemplo, naquele caso, que era um caso paradigmático, mas podia haver outros.

Saudou aquele avanço que presentemente estavam a ter possibilidade de fazer, porque, infelizmente, durante mais de uma década, não tinha havido da parte do governo português “isto” para que se pudessem construir novas habitações no concelho de Setúbal.

Deixou algumas notas de intervenção porque pensava que quer com tom doce, quer com tom menos doce, havia coisas que tinham que ser ditas e que não podiam deixar passar em claro, até alguma arrogância política, quando viam tratar com tanta ligeireza, relativamente áquilo que eram as peças do Lego, ou não. Estava ali um grande trabalho em causa que tinha sido feito e, não se podia, nem se devia, para bem do concelho de Setúbal, desprestigiar aquilo que estavam a tentar fazer e, que segundo o governo do PS era uma grande bandeira e, que reconheciam que quando os instrumentos existiam tinham que os aproveitar.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que em relação à construção que tinha havido em Setúbal, tinha sido uma parte do PER, com 70% de investimento do governo. Durante 30 anos não tinha havido qualquer investimento, logo não tinha havido construção. Quando tinha aparecido a Estratégia Local de Habitação, as novas políticas de habitação, o governo quis que eles entrassem com os 70% e o governo com 30% e tinham dito que não.

Com a construção do PRR a 100% iam avançar. Não custava nada, era simples explicar isso. Se ao longo dos anos houvesse investimento a 70% do governo em permanência haveria muito mais habitação, porque era da responsabilidade do governo a construção da habitação. Era da Constituição, era da Lei de Bases da Habitação, recentemente descrita e, era assumido pelo senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação e, assumido pela senhora Secretária de Estado que tinha estado há uns dias atrás, num Fórum com eles e, que tinha dito que a responsabilidade da construção da habitação pública era do estado central, não era das autarquias, em colaboração com as autarquias. Tinha sido dito assim e, tinha sido dito assim porque era verdade, os senhores nem ouviam os seus, nem liam, era uma pena, queriam entrar na chicana estavam à vontade, mas eles não entravam nisso.

O Urbanismo tinha feito um trabalho notável, com os dados que tinha. Com os dados que tinha passado a ter, e que ele tinha trazido da reunião com os moradores, tinha ajustado a coisa. Não percebia a conversa do senhor vereador que estavam a chutar e tal..., mas isso era festa.

Em relação à questão que o senhor vereador do PSD tinha colocado e, muito bem, não tinha de referir isso, exatamente pela razão que o senhor vereador tinha dito, não ia dizer que tinham votado a favor e depois os outros não tinham votado contra... isso não interessava. Mas tinha havido pessoas ligadas ao Partido Socialista, incluindo eleitos e, ao PSD, que tinham ido junto dos moradores indignados com a decisão que os seus partidos tinham tomado e, em alguns casos, ignorando a decisão. Noutros casos, sabendo da decisão e fazendo um jogo político esquisito junto dos moradores. Os próprios moradores detetaram

isso e disseram: *“Amigo então vocês que votaram a favor estão aqui a dizer que estão contra, como é que isso é?”* Era importante a nota que o senhor vereador tinha dito, era relevante, porque do seu partido e do PS, haviam ali moradores que sabia, tinham estado envolvidas pessoas do PSD e do PS, no alerta aos moradores, contra aquilo, tendo votado a favor. Isso não se fazia. Era bom que o senhor vereador referisse que isso não estava correto e, que não deveria ser assim.

Para falar do futuro, disse que logo na reunião com os moradores da Quinta da Amizade, tinha dito: *“caros amigos, vamos transformar essa energia de protesto, em relação a esta solução, numa energia de construção das soluções que servem a comunidade e, que servem a urbanização”*. E era isso que iam fazer, já tinham propostas para discutir com eles, de como rapidamente, num prazo não muito longo, resolver o problema da dotação de equipamentos que aquela urbanização estava carente e, era nisso que iam trabalhar, tinham umas ideias e umas propostas e iam discuti-las com os moradores, iam construir com eles uma solução. Era isso que iam fazer e era isso que tinham feito em todo o lado.

Em relação ao futuro também, tinha que ver com o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação e das soluções habitacionais. Estavam a tentar fazer melhor do que se tinha feito sempre, aprendendo com os erros dos outros, procurando dotar desde logo, as novas construções de habitações de condições de equipamentos de meios de recursos diversos, que naquele momento não existiam, complementando outros que existiam e, implementando outros equipamentos que estavam previstos para os diferentes territórios. Estavam a fazer uma reserva de mancha, com uma área, com um número “x” de fogos, para irem ao PRR, era o que lhes pediam, para já. Iam ter mais do que tempo para discutir os projetos, analisar em câmara as soluções urbanísticas, os equipamentos, iam ter mais do que tempo para isso. O que estavam a fazer naquele momento era só mesmo mancha, área, fogos e valores, num dado território e mais nada. Iam ter tempo para o resto. Para discutir tudo o que os senhores tinham falado não apresentavam nada ao PRR, nem eles tinham pedido mais do que isso, para já, depois tinham tempo de conversar.

Portanto, a democracia ia continuar a funcionar, quer com os moradores, quer ao nível das instituições, nomeadamente, em reunião de câmara, na discussão daqueles processos. Esperava que pelo menos alguns estivessem lá, para conversarem sobre esse assunto.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que queria deixar uma nota breve para não confundir todas as pessoas porque acreditava, sabia no seu caso, mas provavelmente todos os partidos tinham pessoas que moravam ali. Achava que não valia a pena discutir o comportamento sem ser aquele que era o que formalmente ali assumiam. Se assumiam ali, se assumiam mal diziam que estava mal, o resto....

Achava que era mais importante falarem do futuro, da escola, do parque, do centro de saúde, ou da unidade de saúde móvel, isso sim era um debate que acrescentava, quanto ao resto, com toda a sinceridade, até fazia lembrar outras coisas, achava que não valia a pena.

**Sra. Presidente** – Disse que aquele era um período que lhe causava repugnância. O período eleitoral era um período que lhe causava repugnância. Vinha ao cimo o melhor e o pior. Às vezes descobriam nalgumas pessoas características que não pensavam que elas teriam e, noutros que lhes causava repugnância, dizerem como é que aquilo era possível, como é que era possível, com a agravante das redes sociais, que antigamente não existiam e, que atualmente vinha a somar aquela potenciação do querer sangue. Pareciam que eram uma espécie de abutres, queriam sangue, independentemente do caráter, da personalidade, da dignidade, da elevação, nada. Quando vinha aquele período, achava aquilo de uma falta de nível. Toda a gente fazia coisas bem e, toda a gente fazia coisas mal, toda a gente. Era só descobrir as boas e as más, agora passar a vida a atirar lama para cima dos outros, à espera que os outros se calassem, como se fossem uns cordeiros que iam para o sacrifício, não podia ser.

Há 20 anos atrás, não lhe passava pela cabeça, algum dia estar num lugar daqueles. Não era carreirista, tinha a sua profissão, tinha estudado para ser advogada, era agente oficial da



propriedade industrial e tinha a sua vida organizada e feita. Tinha sido convidada para ir para ali, achava que tinha feito uma boa prestação, tinha dado muito da sua vida pessoal e profissional, profissional tinha sido toda. Tinha-se dedicado àquilo, tinha gostado de trabalhar para os outros, gostava de estar com os outros e, gostava de continuar porque achava que ainda tinha força para dar, aquilo que tinha aprendido ali, porque tinha aprendido muito, mesmo muito, com todas as pessoas. Umhas pessoas mais difíceis, outras pessoas menos difíceis, mas todos tinham coisas para se aprender. Mas, o que se via, quando chegava ao período eleitoral, era degradante e, não levava desaforo para casa, porque não era parasita de ninguém, nem oportunista, nem coisa que a valesse e, não contavam com ela para isso, ou para se calar. O que dizia, desde que era presidente, era que não falassem de algumas coisas que sabiam que iam levar resposta porque não se calava. Tinham que levar resposta, porque achava injusto calar-se, até para memória futura e, para conhecimento e, para que houvesse memória daquilo que ali tinha acontecido.

Aquela cidade tinha sido desorganizada, suja, cinzenta, ninguém gostava de Setúbal. Tinha vindo para Setúbal na altura que Setúbal era assim, ainda não estava limpa, mas adorou Setúbal e, comprou uma casa e, um escritório e, mais tarde comprou um segundo escritório, nessa altura nem lhe passava pela cabeça vir a pertencer aos eleitos da câmara. Quando tinha sido convidada para vir para Setúbal, tinha dito que não porque era suja e desorganizada. Tinha vindo ver o rio e por causa do rio tinha ficado.

Disse que ia começar por aquilo que o senhor Vereador Nuno Carvalho tinha dito. Tinha achado uma atitude séria: *“votámos todos favoravelmente”*, aquilo tinha sido uma atitude séria, *“votamos todos, sem saber exatamente o que vai acontecer aqui ou ali, incluindo eu”*, aquilo era uma atitude séria, porque o DURB e o DOM trabalhavam... aquilo era uma só câmara. Para os projetos tinham pessoas que saíam de cada um dos departamentos, grupos multidisciplinares que tratavam das questões, que tratavam da Salmoura ou dos PP (Planos de Pormenor) da Avenida Luísa Todi, PDM (Plano Diretor Municipal), etc...

Aquele processo não tinha fugido à regra, era uma equipa multidisciplinar, com uma grande predominância para o DURB, porque tinha que ter o conhecimento do território, do Planeamento, da Estratégia do Território, com quem fazia a obra. Portanto, tinha estado no DURB e no DOM uma equipa multidisciplinar a fazer uma estratégia local de habitação quase em tempo recorde, porque o governo tinha-lhes dito que se não fizessem a Estratégia Local de Habitação não recebiam as verbas a que se deviam propor. Porque o tempo era extremamente curto. Não podiam olhar para trás, o comboio estava em andamento, sob pena de perderem aquela oportunidade de ganharem dinheiro, quer para a reabilitação de casas, quer para a construção de novas casas. Porque o governo, representado pelo IHRU, só ia fazer habitação acessível, era habitação para classe média, para pessoas que tinham algum salário ou dois salários e, que podiam pagar uma renda. Da parte do IHRU não ia haver a renda apoiada. A renda apoiada era para pessoas que não tinham quase dinheiro nenhum, era um bairro social.

Nesse sentido, tinham feito uma proposta ao IHRU, não tendo espaço naquelas zonas, zonas do IHRU, em vez de lhes pagarem as TRIU que lhes tinham que pagar, pela construção da renda acessível, davam-lhes lotes de terreno para fazerem a renda apoiada, para as pessoas com mais fragilidades financeiras e, o IHRU esteve de acordo. Naquele sentido, os técnicos, a tal equipa, olhou para o mapa e disse que podia ser ali, que estava sobrance e, começou a desenhar e, rapidamente fez a proposta, sob pena de perderem a oportunidade, sob pena de haverem uma série de municípios que estavam a apresentar os seus projetos locais e, poderem ficar com menos dinheiro, isso também estava em cima da mesa.

Aquela equipa trabalhou sábados e domingos, dias e dias. Tinham-lhes perguntado se estavam de acordo e eles tinham dito que sim. Honestamente, o que é que ia ficar exatamente ali? Como poderiam imaginar eram quinhentos mil processos de toda a espécie, que lhes passavam pelas mãos. A confiança nas equipas era total e quem assinava por cima eram eles, como era evidente. As equipas diziam: *“temos este território aqui, temos este território aqui, temos este território aqui”*. Acho que as pessoas nem olhavam exatamente com quem confinava aquele território, era fácil, não olhando para quem confinava. Se olharmos

para o PIS, que era a zona ao pé da Bela Horizonte até às Manteigadas, IPS, Arquivo Distrital, não havia ali casas nenhuma e avançaram com o processo. Pensava que tinha sido nesse olhar de relâmpago, nem se tinha visto exatamente quem estava ao lado... Ali, todos tinham tido a culpa, não havia o A ou o B, tinham votado todos favoravelmente e, todos a olhar na diagonal. O que interessava era fazer casas e resolver o problema das pessoas.

A Quinta da Amizade tinha sabido, e bem, o que ia acontecer, se estivesse estado na pele daqueles senhores, tinha feito exatamente o que eles tinham feito, mas ninguém tinha que levar a mal. Teriam que levar a mal era se ninguém os tivesse ouvido. Era preciso perceber também aquela preocupação, não estava desenhado um jardim, nada ali estava desenhado, estava uma mancha. Se estava uma mancha, iam ocupar a mancha, iam fazer casas para as pessoas, a aflição era fazer casas para as pessoas e, não podiam perder aquela oportunidade.

Dizerem que não se construía havia 20 anos... A Constituição da República dizia que era responsabilidade do estado central a habitação. Ainda não tinha sido feita a descentralização para as câmaras municipais.

O Partido Socialista só tinha feito casas quando o PSD tinha criado programas para fazer casas que o Partido Socialista nunca as tinha criado. Falassem a sério, a verdade. Era então Primeiro-Ministro o Professor Cavaco Silva, que fez projetos e que deu financiamentos para se construíssem habitações a oitenta e tal por cento, não brincassem. Não era como aqueles senhores que faziam descentralizações encapotadas e, outras sem os devidos meios, para se fazerem as coisas. Era isso que faziam e, era aquela lama que levantavam. Há 20 anos que não se construía? Os senhores nunca tinham feito nenhum programa de financiamento para eles construíssem as casas. Mesmo assim, tinha sido a Câmara Municipal de Setúbal, que tinha pago uma parte, tinha havido uma participação municipal mínima, não como era agora feita aos 50%. Se não tivessem o PRR tinham que pagar 50% daquilo que iam construir. 70% era em relação às rendas apoiadas, não era em relação às acessíveis que era o IHRU, ia buscar uma parte à bazuca e outra parte pagava o IHRU. E aqueles senhores falavam em 20 anos, isso era incompetência da maior parte daquela gestão. Tinha estado o Primeiro-Ministro Passos Coelho, mas a maior parte tinha sido Sócrates e António Costa, e que programas tinham aberto para dar apoio à habitação, social ou não, perguntou. Tinham aberto zero programas, estavam a apanhar o PRR, e bem, mal fora, se não abrissem um concurso ou uma estratégia, seria o que mais faltava, já que eles tinham posto no seu orçamento de estado dinheiro para pagar, infraestruturas e, obras nos municípios e, tiravam do orçamento de estado, esse dinheiro para essas obras, pegando no PRR, para substituir o orçamento de estado.

A Estrada da Graça havia 2 ou 3 anos que estava para começar a ser feita, eram dois milhões de euros, estava no IP (Infraestruturas de Portugal), para se requalificar e abrir a Estrada da Graça e, tinham andado a enrolar e a enrolar. Eles já tinham feito os projetos de gestão, já tinham os projetos de especialidade, estavam cerca de cinco milhões e já tinham isso várias vezes ao governo dizer que aquilo não custava dois milhões, custava cinco milhões, mas pelo menos que fizesse os dois que tinham no orçamento de estado e, eles iam ver se com aquelas empresas e com o orçamento da câmara faziam os três que faltavam. E os senhores do Partido Socialista o que tinham feito tinha sido tirarem do orçamento de estado os dois milhões e, pagarem esses dois milhões com o PRR, que faziam falta para fazer habitações. Era aquilo o Partido Socialista, depois não queriam ouvir... tinham que ouvir mais.

Perguntou se conheciam a Flávio Resende. O prédio que estava no meio da rua, começava a estrada e estava um prédio que o Partido Socialista tinha deixado ficar e umas barracas que estavam ali. Tinham sido eles que tiveram que pagar expropriações e tinham feito a obra. Porque as pessoas que iam para aquela rua tinham que dar a volta à rua, por baixo do hospital, para voltarem novamente à rua que estava do lado de lá das barracas. Tinha sido aquele o urbanismo que tinham feito. Tiveram que ser eles a resolver aquilo. Perguntou se sabiam que aquele edifício nem sequer estava ligado ao esgoto municipal. Mas o Partido Socialista tinha feito tudo bem feito.... Mas tinham feito, para campanha eleitoral a bela obra do fecho da Praça do Bocage, porque estavam perto das eleições, mas não tinham feito a

ligação, antes de fecharem a Praça do Bocage, daquela casa ao esgoto municipal. Aquela casa, que não estava registada em nome da câmara municipal. Mas havia tanta, tanta... começavam a puxar o fio... era melhor estarem calados, mas já tinham adotado uma estratégia interessante, que era não falarem do passado em sede de campanha eleitoral.

Queriam saber do Património, fossem ao orçamento da câmara, no orçamento estava a dizer o valor do património. Mas quando fossem ao orçamento da câmara viam 2001, ativos, cem milhões e qualquer coisa, estava lá escrito. 2021, cerca de quinhentos milhões. Quando aqueles senhores diziam que estavam a desbaratar património, deviam ter vergonha. Questionou quem tinha comprado a Casa da Cultura, quem tinha comprado a Casa do Turismo, quem tinha feito as obras da Casa da Baía, quem tinha recuperado aquilo tudo, quem é que tinha registado... Nem as escolas estavam em nome da câmara municipal. Quem tinha regularizado o património todo da câmara. Ainda há pouco tinham vindo com algumas regularizações, da Secil, etc., até nem tinha dito nada, quem andava a regularizar aquilo tudo, perguntou. Tinham sido eles. Quem tinha feito tudo aquilo tinham sido eles. Em 20 anos, não tinham direito à habitação, porque os senhores nunca tinham aberto a possibilidade de poderem ir à habitação e, agora que a tinham aberto ainda atiravam lama para cima.

Mas, tinham mais, a Igreja Evangélica, quando estavam a falar com os ciganos, pareciam chacais a aparecerem dos cantos dos prédios, para ver o que é que aquilo dava, em vez de estarem preocupados como é que aquilo se ia resolver, porque quem tinha dado aquele espaço aos ciganos tinha sido o Partido Socialista.

Eles estavam de boa-fé, a tentar melhorar as condições daquele espaço e até a pôr alguma insonorização, por causa do barulho, as pessoas tinham razão. Quando o vereador tinha ido reunir com os ciganos, para se fazer o protocolo, as pessoas tinham saído, e bem. Se morasse ali, também tinha saído. Só tinham que se pôr na pele dos outros, porque, assim, a resolução dos problemas ficava mais fácil. As pessoas tinham levado 30 anos naquilo. Era verdade, não havia regras, e depois as pessoas queixavam-se que eram ostracizadas, não cumpriam regras... As pessoas tinham razão. Iam limpar e requalificar aquilo. Iam tirar um bocado de jardim para dar. Não tinha problema nenhum, o jardim era muito grande e não morava ninguém à volta.

*"Não mexam em mais nada?"* Só pedia para falarem mais para eles mexerem em mais coisas, para dizerem mais coisas.

A saúde? Tinha acabado de dizer, que contratavam médicos a peso de ouro em empresas... aquilo era o sistema de saúde do Partido Socialista, e não regularizavam as carreiras das pessoas. O saldo deveria estar mais que pago se tivessem regularizado as carreiras das pessoas.

Já tinha falado em relação a São Lourenço, das casas que tinham sido construídas em cima de linhas de água, de ribeiras. Era só fazer um passeio com eles, que mostravam tudo.

Lembrou que também tinham comprado o Charlot, para se fazer o espaço para o cinema. Nem imaginavam os problemas que aquele Charlot tinha tido para se resolver os problemas das cheias, porque aquilo estava abaixo da linha de água e saía para uma vala, para uma caixa de fossa. Atualmente já não saía, tiveram que levantar o Charlot todo para ligar à rede quer dos fluviais quer do saneamento. Tinham tanto para dizer. Não fossem franco-atiradores, não quisessem sangue, porque tinham que levar resposta.

Eles também não tinham feito tudo bem, ninguém fazia tudo bem, não havia paraísos na terra. E só tinham que pedir desculpa por aquilo que tinham feito mal, reconhecer os erros e falar sobre os erros. Foi coisa que ali não tinha acontecido, bem podiam *"espernear"* estava feito estava feito, outros compromissos mais altos se levantavam.

Não tinham nada a esconder. O que tivessem feito mal, tinha que pedir desculpa e, se fosse hora de retificar, tinham que retificar, só tinham que retificar. Só tinham que pedir desculpa e retificar o que não tinham feito bem.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o edifício da câmara municipal tinha sido mandado construído em 1525 por D. João III, era natural que houvesse fossa.

**Sra. Presidente** – Disse que tinham registado aquilo, porque é que eles não o tinham feito.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que tinham estado 20 anos e eles também tinham estado 20 anos.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha sido logo nos primeiros anos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, em primeiro lugar, talvez não se tivesse feito entender pouco antes. Aquilo que tinham pedido tinha sido uma relação do património, o que era completamente diferente daquilo que era o seu valor contabilístico.

**Sra. Presidente** – Disse que pedia desculpa, mas tinha sido respondido.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não tinha sido respondido.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha sido respondido, porque tinha mandado que o fizessem. Estavam a fazer, nessa altura, a transição do sistema de contabilidade do POCAL para o outro, e, assim que isso estivesse pronto, dar-lhe-iam a resposta. Tinha sido isso que tinha mandado dizer, mas não lhe tinham dado uma resposta a dizer “o património é este.” Tinha mandado a resposta, porque os próprios serviços tinham dito que não tinham condições nessa altura, porque estavam a fazer a transição de uma coisa para a outra. Mas iriam “dar-lhe” o património.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não tinham obtido resposta, como tinha dito. Não tinha sido o valor contabilístico que tinham questionado. Aquilo que, efetivamente, tinham pedido tinha sido uma relação do património imobiliário do Município, bem como do património imobiliário que tivesse sido locado pelo Município.

Por outro lado, queria referir que, na intervenção que tinha feito havia pouco, efetivamente, tinha constatado que havia 20 anos que não se construía um fogo na cidade, mas era na cidade, não era no país.

Tinha havido outros municípios que tinham tomado opções diferentes e que, na sequência dessas opções diferentes, tinham construído habitação pública para as suas populações, porque, na verdade, o direito à habitação incumbia ao Estado, que era aquilo que dizia a Constituição. A Constituição não dizia que incumbia ao Governo ou que incumbia ao Estado Central, desde que incumbisse ao Estado, e os municípios também faziam parte do Estado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que tinha interesse dizer quais tinham sido os municípios que tinham construído, excluindo Oeiras. Excluindo Oeiras, quais tinham sido? Essa era a primeira questão. E quantos tinham construído? A segunda questão era que a sua leitura, quer da Constituição, quer da lei, era contrária à do seu Governo e do seu Ministro das Infraestruturas, que tinha dito que competia ao Estado Central. E, mais, tinha dito que políticas erradas, ao longo de décadas, dos diferentes governos, tinham levado à crise habitacional que tinham naquele momento, tinha dito o senhor Ministro, o seu Ministro, que sabia mais disso do que o senhor vereador.

**Sra. Presidente** – Disse que o Município de Oeiras tinha proventos até dizer chega, que lhe davam para construir a habitação social que faltasse no Município. Achava que eles não tinham barracas. Dava para fazer aqueles comboiozinhos, um funicular. Dava para construir tudo. Ainda bem para o Município de Oeiras. Não tinham tido o azar de ter tido um Partido Socialista que tinha deixado aquela casa na bancarrota. Não tinham tido azar.

Sabia quanto é que já tinham pago à banca, entre capital e juros? Mais de 120 milhões de euros. Tinha sido essa dívida que lhes tinham deixado. Só precisavam de mais um ano para acabar de pagar essa dívida. Estava quase paga, como sabia. Também estava no Orçamento. Estava quase paga, já faltava pouco. Portanto, tinham tido que pagar isso, e,

para pagar isso, não tinham feito outras coisas. Mas, mesmo assim, tinham feito muita coisa. Já tinha visto?

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 7 votos a favor, 6 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

#### **14. Deliberação n.º 219/2021 – Proposta n.º 27/2021 – DURB – Protocolo de Cooperação no Domínio da Habitação, entre o Município de Setúbal e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Ratificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46.

**Sra. Presidente** – Disse que aquela proposta também tinha que ver com a Estratégia Local de Habitação, por causa do protocolo de cooperação no domínio da habitação, entre a Câmara e o IHRU. A primeira tinha sido a atualização, a alteração daquela mancha, e a segunda era que tinham que assinar, novamente, o protocolo - novamente não, já o tinha assinado -, para passarem à construção. Era assim, por causa da permuta de terrenos. O IHRU não pagava a TRIU, mas cedia terrenos para fazerem habitação apoiada para os mais pobres.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, na sequência da discussão que tinham tido havia pouco, sobre a Estratégia Local de Habitação, queria reforçar que o Partido Socialista entendia que aquela proposta colocava num mesmo espaço, num espaço muito curto, uma volumetria significativa de habitação para renda apoiada, que deveria estar mais integrada na restante malha urbana e não ser um prolongamento daquilo que era o bairro que já existia. Portanto, tendo isso em consideração, o Partido Socialista, reconhecendo, naturalmente, a necessidade que existia de termos habitação apoiada e habitação com renda acessível, iria abster-se.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que agradecia imenso que se tivessem abtido na votação anterior, porque isso iria ser importante, e, também, agradecia que se abstivessem naquela, porque aquela proposta visava integrar cerca de 400 fogos, de imediato, de renda apoiada, no meio de 3 mil fogos de renda acessível.

Aproveitava para dizer ao senhor Vereador Joel que, nos pedidos de habitação - tinham 1200, grosso modo -, e, desses pedidos, 700 eram para renda acessível, correspondiam a pessoas que tinham, até àquele momento, pago a sua renda de casa, quando andava nos 300 euros, mas já estava nos 700 e não podiam. Portanto, era indispensável criar renda acessível e era indispensável enquadrar essa renda acessível em espaços que existiam e enquadrar a renda apoiada no meio dessa renda acessível.

A questão que se colocava era: "Ali, não!" Então, aonde? Aonde é que a Câmara tinha terrenos? E, mesmo assim, os terrenos eram do IHRU. O urbanismo terceiro-mundista do PS tinha-os deixado sem terrenos, porque, sistematicamente, tinha vendido os terrenos que tinham sido cedidos pelos urbanizadores, para mais construção. Bastava ver peça a peça, urbanização a urbanização, o que é que tinha acontecido. Resultado? O Município de Setúbal devia ser dos municípios da região que menos solo tinha para construir. Era espantoso, mas tinha sido a política urbanística terceiro-mundista do PS que tinha provocado isso.

Para construir fogos de renda apoiada - que, enfim, tinha sido uma divisão de tarefas entre o IHRU e a Câmara, de acordo com o acordo que tinham feito - tinham que ir aos terrenos do IHRU por cedência, porque não tinham outros para construir, a não ser uma pequena franja aqui e outra ali. Mesmo quando falavam noutros territórios era enquadramento, etc. Não tínhamos território urbanizável nosso. O PS não tinha deixado território urbanizável nenhum, o

st 4

que era uma coisa incrível. Qualquer município aqui à volta, e da Área Metropolitana, tinha quilómetros de terreno urbanizável próprio. Nós não tínhamos. Portanto, era bom que se soubesse isso. Daí que, quando dizia: “Ali, não!” lhe respondesse: “Então, aonde?” Que o senhor vereador lhe dissesse aonde e iriam imediatamente lá ver isso.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que teria todo o gosto em responder ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal caso o pedido que tinha feito, havia um ano, da relação património do Município, lhe tivesse sido enviada. Uma vez que a informação não tinha sido facultada, a pergunta que o senhor vereador tinha colocado não era...

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era uma boa desculpa.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que uma coisa era certa, falavam na integração desses fogos, perto de 3 mil fogos que iriam ser construídos pelo IHRU, mas, quando olhavam para o mapa, quando olhavam para as manchas, aquilo que viam era que os fogos e as manchas da habitação de renda apoiada - aquilo que era cedido à Câmara, para que pudesse fazer essa construção - não ficavam integrados naquilo que era a mancha da renda acessível. Antes pelo contrário, estava nas extremidades, e, portanto, na continuidade, no prolongamento do Bairro da Bela Vista e nas extremidades daquilo que era a mancha a construir pelo IHRU. Quando falavam em integração dessa habitação no resto da malha urbana e quando falavam do prolongamento do bairro, prendia-se, precisamente, com isso. Prendia-se com o prolongamento do estigma que iria existir pelo prolongamento da construção, pela construção de um número bastante elevado de fogos do outro lado da rua, onde terminava o Bairro da Bela Vista. Prendia-se com o facto de toda essa malha que iria ser criada não estar, efetivamente, integrada na restante, estar na franja daquilo que o IHRU iria fazer. Portanto, tendo isso em consideração, o Partido Socialista iria abster-se.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a sua alma estava parva com aquela argumentação. O senhor vereador estava a falar de quem? Estava a falar de pessoas ou de bichos que tinham que ser integrados e não-sei-quê? Estava a falar de quê? Não estava a falar de pessoas iguais a ele mesmo, que tinham menos instrução, menos dinheiro, e, talvez, mais cultura e, talvez, mais educação? Atenção a essa conversa. Essa conversa era dramática. Essa conversa é que tinha levado a situações que tinham ali. Essa conversa e a prática decorrente dessa conversa.

Naquele momento, o tratamento que era dado às pessoas era o tratamento que era dado ao senhor vereador, a ele mesmo e à Presidente da Câmara, a qualquer um que ali estava. Era o tratamento digno de pessoas e de seres humanos iguais a todos e não essa coisa “*daquela gente*” que tinha que se integrar. Isso era uma conversa doentia, que o deixava doente. Pelo amor de Deus, estava longe de imaginar que essa conversa iria aparecer ali.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a Sra. Presidente o desculpasse, mas havia determinadas afirmações que não podiam passar em branco. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, certamente, ou tinha dificuldades de interpretação na análise daquilo que era dito, ou, então, queria festa. Queria lançar os foguetes, e, no final, ainda ir apanhar as canas.

Quando falavam de integração de habitação falavam da sua integração naquilo que era a restante malha urbana. Falavam de integração de população que já era significativamente estigmatizada por viver num bairro de habitação de pública, num bairro de habitação social, como o senhor vereador sabia. Se não fosse assim, se não acontecesse, também não haveria programas como o “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que os senhores da CDU faziam. Portanto, esse tipo de discurso, deixasse que lhe dissesse, não lhe ficava bem. Aliás, demonstrava aquilo que era a sua educação e o seu sentido de estar e de responsabilidade, também, como tinha demonstrado bastante, ao longo dos mandatos que cá tinha passado.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a conversa já ia longa, mas seriam 30 segundos. A propósito de outra proposta, já tinha sido oportunamente referido que não era possível - e não era admissível, Sr. Vereador Joel - que continuassem a fazer aquele jogo político sem, uma única vez, o Partido Socialista apresentar uma proposta, uma alternativa construtiva, e dissesse: *“Vamos à discussão!”*

O senhor vereador querer justificar que não apresentava propostas porque não tinha tido acesso ao património da Câmara era a demonstração de que, de facto, não poderia a cidade considerar o Partido Socialista para gerir o território. Portanto, não era admissível que, em plena discussão sobre a Estratégia Local de Habitação - onde todos sabiam as dificuldades e a complexidade, sem prejuízo dos erros e das falhas, de tudo aquilo que já tinham tido oportunidade de discutir e de reconhecer, até da parte deles -, o senhor vereador ir dizer que não tinha sido possível ao Partido Socialista apresentar alternativas porque desconhecia o património. Não era admissível.

O Partido Socialista não tinha uma ideia para a cidade de Setúbal, uma ideia. Ausência de estratégia tinham os governos dos senhores do PS. Podiam falar do PRR. Podiam falar do Plano de Recuperação e Resiliência e podiam falar da dificuldade que era o desenvolvimento dos territórios, nomeadamente da península de Setúbal, e do olhar que o Governo do Sr. Vereador Joel tinha e da forma como estava a propor os fundos para o desenvolvimento dos territórios, nomeadamente naquelas áreas, nomeadamente nas respostas sociais, nomeadamente para os novos equipamentos. Acaso acharia que desenvolveriam por uma lógica digital o desenvolvimento humano?

Portanto, achava que não podiam fazer afirmações gratuitas. Tinham o direito de discordar. Era legítimo, em democracia, discordarem, não podiam fazer a discordância pela discordância. Ainda não tinha visto, da sua parte, no exercício crítico das propostas apresentadas, uma proposta alternativa, uma ideia a dizer: *“Nós propomos que seja neste local.”* Até num olhar exigente que matérias daquela natureza lhes colocavam. Não estavam a falar de dizer se iam pintar o edifício de amarelo ou se iam pintar o edifício de cor-de-rosa.

Discurso estigmatizante sobre territórios vulneráveis era aquele que o senhor vereador tinha, mas desafiava-o. Ainda havia pouco, tinha dito assim: *“O Município de Setúbal, ao longo destes 20 anos, não construiu.”* Mas, então, que lhe dissesse quais tinham sido os municípios do Partido Socialista, das áreas metropolitanas, de responsabilidade do Partido Socialista, com focos de exclusão social, com zonas clandestinas com barracas, que tinham sido resolvidos pelos municípios do Partido Socialista. O senhor vereador que lhe dissesse, e, também, qual tinha sido o investimento que tinha sido feito. O senhor vereador que dissesse quais é que eram os bons exemplos da prática do Partido Socialista, para eles aprenderem com essa prática, para a tomarem em consideração.

O senhor vereador não tinha uma proposta, não tinha feito uma proposta concreta. Portanto, não podiam continuar a ziguezaguear, como o senhor vereador, ainda havia pouco, tinha dito, quando, de facto, não havia um fundamento, não havia uma proposta.

Ausência de estratégia tinha o Partido Socialista, falta de palavra tinha o Partido Socialista. Não podiam continuar a acreditar naquelas lógicas pontuais de vereadores que iam ali e se lembravam, com toda a legitimidade, de colocar questões. Apresentassem propostas concretas. Onde é que o senhor vereador queria construir, de facto, as alternativas para a construção da habitação? Onde é que construiria no território? Seria na Serra da Arrábida? Seria na frente ribeirinha? Onde seria, senhor vereador?

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 6 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**15. Deliberação n.º 220/2021 – Proposta n.º 28/2021 – DURB/DIMOT – Minuta de Protocolo de Cooperação - Constituição de HUB de Mobilidade ("Mobility Hub") no novo Interface de Setúbal, entre o Município de Setúbal e a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que tinha algumas dúvidas para esclarecimento. Aquele "hub" iria ficar muito perto da estação de comboios e seria estritamente destinado à parte das bicicletas e das trotinetas, O protocolo também pressupunha que houvesse da nossa, enquanto Município, um desenvolvimento a nível de rede viária?

**Sra. Presidente** – Disse que aquele projeto só tinha mesmo que ver com a mobilidade de bicicletas e trotinetas.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Perguntou se não tinha também a ver com as próprias vias que permitiam circular em segurança.

**Sra. Presidente** – Disse que as vias eram com o Município. A Transportes Metropolitanos só tinham mesmo que ver com os transportes metropolitanos. Tinha sido constituída essa empresa, dentro da Área Metropolitana de Lisboa, por causa do novo material circulante que ia chegar, desses interfaces, da regularização. O Município de Setúbal era mesmo o único que tinha um interface criado de raiz para esse efeito.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que Lisboa também já tinha.

**Sra. Presidente** – Disse que junto a Sete Rios, Entrecampos, já tinha interfaces, sim. Seríamos o segundo município, mas, a criar de raiz, tínhamos sido os primeiros a fazer um interface.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que era fundamental.

**Sra. Presidente** – Disse que faltava outro interface, que tivesse a ferrovia, com a Linha do Sado, que tinha que ser prolongada. Lisboa tinha que chegar junto ao rio, porque ficava coartada no Quebedo. Portanto, queriam que o comboio fosse mesmo até junto à Mitrena e, depois, se deslocasse para o Sado, fizesse a ligação para o Sado, e, aí, houvesse, depois, a ligação com os barcos, com os "ferries", e pôr, também aí, autocarros. Aí é que faria, definitivamente, a ligação de um bom interface.

Por enquanto, ficavam a faltar os barcos. Faltava-nos essa ligação. Estava tudo muito disperso, com os autocarros na Avenida 5 de Outubro. Os comboios já tinham lá táxis, já lá estava uma pequena praça de táxis, mas íamos ficar melhor. As trotinetas estavam a ser um sucesso, embora, algumas vezes, com algumas asneiras à mistura. A praça iria ter outra configuração, porque os autocarros teriam que circular, para entrar e sair.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Perguntou os táxis que estavam junto à antiga estação rodoviária, que tinha encerrado, também iriam sair de lá.

**Sra. Presidente** – Disse que não. Esses táxis faziam falta na Avenida 5 de Outubro e iriam manter-se lá. A Área Metropolitana só tinha mesmo a ver com os transportes: O material circulante, os passes e a rede. Tinha que ver com a rede e com a frequência da rede.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **16. Deliberação n.º 221/2021 – Proposta n.º 29/2021 – DURB/DIPU – Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, após realização da conferência decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50.

**Sr. Vereador Joel** – Disse que a proposta de revisão do PDM tinha sido substancialmente debatida no passado dia 7 de abril, portanto, não faria sentido debatê-la novamente.

No entanto, gostaria de recordar que, no dia 7 de abril, quando ali tinham discutido a proposta, tinham alertado, precisamente, para o facto da conferência decisória da REN ainda não ter sido realizada e, portanto, haveria uma probabilidade bastante elevada de a revisão do PDM ter que regressar com alterações feitas, e, efetivamente, tinha sido isso que tinha acontecido.

As alterações eram alterações que acabavam por ser, praticamente, de pormenor, e, portanto, não tinham um impacto significativo naquilo que tinham sido as opções do Plano que tinham condicionado o sentido de voto deles. Portanto, mantendo-se o restante Plano tal como estava, manteriam, também, o sentido de voto deles e iriam abster-se.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, efetivamente, no que dizia respeito àquilo que era a substância, a proposta vinha no seguimento daquilo que já tinha sido debatido no Município, na reunião da Câmara. Nesse mesmo sentido, era evidente que não seria lógico, daria grande racionalidade ao tempo recalcar esse mesmo debate. Portanto, o PSD, desse mesmo modo, iria manter a sua posição de voto contra.

Era preciso compreender que, ainda que pudessem ter uma visão que era um dos aspetos que os podia aproximar, que dizia respeito àquilo que era a perspetiva da qualidade de vida da cidade, que era um tema mais transversal, depois tinham lógicas diferentes, que não os aproximavam do ponto de vista daquilo que era a forma como a cidade podia ganhar competitividade.

Os senhores da CDU tinham uma opção, eles teriam outras. Era óbvio que todos tentavam a mesma coisa, com os mesmos recursos tornar a cidade mais competitiva, e, portanto, com os mesmos recursos, produzir mais, fosse do ponto de vista social, económico, cultural, mas tinham visões diferentes. Por isso é que, também, eram partidos diferentes, e, nesse mesmo sentido, iriam manter a posição deles de voto contra.

**Sra. Presidente** – Disse que, de facto, tinham trazido a proposta em abril. Era a decisão política deles. Não tinham alterado nem uma vírgula, para que ficasse bem vincado que aquela era a decisão política deles, independentemente do resultado dessa conferência decisória.

Tinham ido, praticamente, ratificar aquilo que já tinham decidido, mas tinha que haver, como tinha dito o Vereador Joel, aquela anexação, aquela decisão da Câmara Municipal, relativamente àquela decisão da conferência decisória.

Portanto, era por isso que tinha que tinha que vir, mas estava fechada e não tinham alterado uma vírgula. Tinha sido por isso que tinha vindo. Tinha sido a decisão política deles dia 7 e, naquele dia, tinha tido que ser ratificada. Tinha tido que vir para implementar, para juntar essa conferência decisória.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

5  
SK

**17. Deliberação n.º 222/2021 – Proposta n.º 30/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Rosa Luxemburgo (Ativista dos Direitos Humanos – 1871-1919) – Casal de Bolinhos - União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que, se lhe era permitido, era uma questão meramente técnica, porque a Rosa Luxemburgo não tinha sido uma ativista de direitos humanos. Tinha sido uma ativista que tinha tido um papel fundamental, tinha uma perspetiva antiguerra, anti-revolução.

Tinha defendido, efetivamente, que devia existir um regime democrático em que deveria participar o partido em que estava inserida, naquele caso, o Partido Comunista Alemão, mas não tinha pugnado pelos direitos humanos. Portanto, se isso fosse para uma placa...

Mostrassem-lhe, na história, que estava errado, mas “direitos humanos”... Dissessem-lhe quatro ou cinco coisas. Dissessem-lhe, se estivesse errado.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – *“Direitos dos trabalhadores, o direito à contratação, a implementação do 1.º de Maio, de um Dia Mundial dos Trabalhadores...”*

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Perguntou se tinha sido, essencialmente, conhecida como ativista de direitos humanos. Qual tinha sido o seu principal foco?

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que os maiores direitos humanos conquistados nessa altura tinham sido os direitos dos trabalhadores, que, até então, tinham sido considerados para tudo. Era a sua opinião.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que só ia acabar de expor aquilo que era a sua visão e aquilo que tinha e que sabia. Não estava a dizer que a senhora não tinha praticado esses atos na sua convicção, Tinha defendido a sua visão sobre os trabalhadores e tinha visões que, efetivamente, consagravam direitos universais sobre os trabalhadores.

Rosa Luxemburgo, que era polaca de origem, nem era alemã, tinha tido um papel fundamental naquilo que era uma visão democrática, de participação de todos os partidos para irem a votos, e não para colidirem de uma forma, que, na altura, era muito comum, por via da revolução, por via das armas. Portanto, tinha tido um papel fundamental nesse aspeto.

Do seu ponto de vista, era por isso que era mais conhecida e não tanto como ativista de direitos humanos. Se senhores da CDU tinham essa fundamentação, não devia partir do Vereador Ricardo Oliveira nem devia partir da sua. Tinha dado a sua perspetiva daquilo que conhecia e daquilo que tinha lido de historiadores. Não era a sua. Se quisesse, trazia-lhe os livros ou ia até à Internet. Não iria alegar porque não era historiador, tinha lido historiadores.

Estava a colocar uma questão que não tinha que ser debatida, porque não era a sua opinião que interessava. Se se metia “ativista” não era porque fosse a opinião do Vereador Ricardo Oliveira ou a sua ou daquele ou daqueloutro.

Achava que o queriam levar para um debate ideológico. Teria todo o gosto em fazê-lo, mas não antes de se abster ali. A sua questão era outra, era factual. Se quisessem colocar e manter, tudo bem.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 223/2021 – Proposta n.º 31/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua José Augusto Coelho (1865-1919) – Oleiros - União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 224/2021 – Proposta n.º 32/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Manuela de Azevedo (1.ª Mulher Jornalista de Portugal – 1911-2017) – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 225/2021 – Proposta n.º 33/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – A – Rua Aurora de Castro Gouveia (1ª Mulher Notária da Europa – 1831 – 1931); B - Rua Maria de Lurdes Pintassilgo (Primeira Ministra de Portugal -1930 – 2004); C – Rua Agustina Bessa-Luís (Escritora – 1922 – 2019); D – Rua Maria Amélia Chaves (1ª Mulher Engenheira de Portugal – 1911 – 2017); E – Rua Maria José Estanco (1ª Mulher Arquiteta de Portugal – 1905 – 1999); F – Rua Regina Quintanilha (1ª Mulher Advogada de Portugal – 1893 – 1967) – Picheleiros – União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 226/2021 – Proposta n.º 34/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua das Manas – Vendas de Azeitão, União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 227/2021 – Proposta n.º 35/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Monte da Joanhina – Pontes – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 228/2021 – Proposta n.º 36/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Rua APPACDM e Rua Francisca Romana (Benemérita – 1978) - Serralheira – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 229/2021 – Proposta n.º 37/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Jaime Graça (Futebolista – 1942-2012) – Junta de Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 230/2021 – Proposta n.º 38/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Manuel Carlos Casalão Zorro (Compositor e Músico – 1949-2020) - Junta de Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 231/2021 – Proposta n.º 39/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Ruben de Carvalho (Produtor Cultural – 1944-2019) – Monte Belo - Junta de Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que Ruben de Carvalho, em Setúbal, era mais conhecido político, tinha sido candidato à Câmara Municipal. Era só uma sugestão que estava a fazer, não estava a pôr em causa.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que era, apenas, uma questão, para tentar clarificar, a propósito da intervenção do Vereador Nuno Carvalho e da intervenção do Vereador Fernando Paulino. As questões não se colocavam no quadro da designação da toponímia. Não sabia se estaria a interpretar bem, mas não tinha depreendido das palavras ou da intervenção do Vereador Nuno Carvalho que tivesse uma oposição à definição da toponímia da Rosa de Luxemburgo e tão-pouco da intervenção do Vereador Fernando Paulino. O que se colocava era, depois, uma subtítuloção - se é que se podia designar assim - da toponímia. Isso poderia ficar para depois, sobretudo naquela proposta. Pessoalmente, também, enfim, achava que era discutível se *“produtor cultural”* seria a designação, mas podia-se votar a toponímia.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que aquelas eram as propostas que tinham vindo da Comissão de Toponímia, que tinham sido discutidas e aprovadas com essas justificações. Tinham a capacidade de dizer que sim ou que não, mas esse debate tinha sido feito na Comissão de toponímia.

O Sr. Vereador Fernando Paulino não tinha grande conhecimento do que tinha sido o papel relevantíssimo, do ponto de vista da promoção cultural e da produção cultural em Portugal do seu antigo camarada Ruben de Carvalho, mas tinha estado ligado a conjunto de projetos profundamente estruturantes no nosso país, relativamente a essa matéria.

Quem o tinha proposto tinha-o proposto assim. Não estava a dizer mais nada, não tinha sido ele que o tinha proposto. Podia ter proposto, mas estava de acordo com o seu camarada. Tinha sido um intelectual, tinha sido um conjunto de coisas. Estava de acordo com a proposta do seu camarada Vereador Pedro Pina.

**Sra. Presidente** – Disse que nas reuniões da Comissão de Toponímia, em que estava presente, ia tudo ao pormenor. As pessoas discutiam o que é que queriam pôr nos epitáfios. Por acaso, também não estava de acordo com *“produtor cultural.”* Não estava nada de acordo. Achava que era muito mais como político, mas não sabia se quem tinha proposto queria só como produtor cultural. Achava que devia ter *“político”*, porque, senão, as pessoas diziam: *“Mas, será que é o mesmo? Este homem é o mesmo que aquele que se candidatou à Câmara e que estava sempre em debate na televisão?”*

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 232/2021 – Proposta n.º 40/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo Fernando Guerreiro (Ator e Encenador - 1938-2013) – Bairro do Montalvão – União das Freguesias de Setúbal (RETIRADA)**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Disse que o não tinha nada contra o nome, antes pelo contrário. Tinha toda a dignidade e mais alguma para compor o nome de uma das vias do concelho. Apenas tinha uma nota de que tinha sido discutido nessa comissão e achava que havia algum equívoco. Se, eventualmente, ele não existisse, aceitava-se e votava-se e, da sua parte, o voto seria favorável. Aquilo que lhe tinha sido transmitido tinha sido que, em sede de discussão na comissão, o nome desse largo estaria para ser atribuído ao Sr. Rui Valdez, pelo que tinha sido compreendido pela pessoa indicada pelo PSD.

St

Só queria esclarecer essa questão, não iria votar contra esse nome, nem de perto nem de longe, mas, como tinha havido até àquele momento, pelo que lhe tinha sido transmitido, uma troca de e-mails, etc, queria saber se a junta de freguesia mantinha mesmo aquilo – tudo bem! -, ou se, eventualmente, haveria um equívoco. Poderia haver a hipótese de esse nome vir a ser atribuído, porque já estava para ser havia algum tempo. Eventualmente, essa poderia ser uma oportunidade. Se assim não fosse, o seu voto seria favorável.

**Sra. Presidente** – Disse que, então, teria que retirar a proposta. Teria que ir ver às atas da Comissão de Toponímia que é que tinha acontecido. A proposta ficava retirada, para se ver o que teria acontecido.

**28. Deliberação n.º 233/2021 – Proposta n.º 41/2021 – DURB/ DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Praceta José Manuel Alves dos Reis (Setubalense Morto no Tarrafal – 1894-1943) – Bairro da Urbisado – União de Freguesias de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 234/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Casal das Amendoeiras – Serralheira – Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que já que estavam a terminar mais um mandato, estavam, praticamente, no final do mandato, havia uma decisão da Comissão de Toponímia, de 2009, relativamente à atribuição do nome de Humberto Daniel a uma rua. Humberto Daniel tinha sido presidente de uma junta de freguesia durante três mandatos, um homem que tinha contribuído para a construção e para aquilo que tinha sido a afirmação do Poder Local democrático, sempre muito interventivo.

Parecia-lhes a eles - e tinha parecido à Comissão de Toponímia, por unanimidade, na altura - justa a tradição do seu nome a uma rua. Sem pôr em causa, nunca, a atribuição de nomes a ruas da cidade, antes pelo contrário, todos os nomes tinham a sua dignidade e tinham sido figuras proeminentes em diversas áreas da nossa sociedade, pensava que seria de inteira justiça se se tivesse conseguido atribuir o nome de Humberto Daniel a uma rua em São Sebastião, o local onde ele tinha residido e onde tinha tido toda a sua intervenção política, como presidente da junta de freguesia, entre 1989 e 2001. Deixava, ali, aquela sua sugestão.

**Sra. Presidente** – Disse que achava que isso já estava na Comissão de Toponímia.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que estava havia muito tempo, desde 2009. Ainda não se tinha conseguido arranjar uma rua com a dignidade que ele merecia, mas era importante. Deixava, ali, aquele registo.

**Sra. Presidente** – Disse que a Paula Costa - e outros - também tinha estado mais tempo à espera de uma coisa mais digna.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Deixava ali aquele registo. Era de 2009, eram 11 anos.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha sido ela que tinha proposto o nome de Paula Costa para aquele local, porque tinham achado que teria que ser alguma coisa com dignidade, não era um larguinho ou uma travessa.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que Humberto Daniel também. Era um reparo.

**Sra. Presidente** – Disse que já não devia fazer mais nenhuma reunião da Comissão de Toponímia.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que ele iria fazer, mas noutra condição.

**Sra. Presidente** – Disse que fazia um apelo aos seus camaradas, para verem isso, mas, de facto, os nomes vinham sempre para cima da mesa.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que os presidentes das juntas faziam parte da Comissão. Iria fazer parte da Comissão, mas queria deixar ali aquele reparo, enquanto vereador a acabar mais aquele mandato.

**Sra. Presidente** – Disse que já tinha percebido porque é que o vereador tinha dito que iria fazer parte da Comissão. A maior parte das vezes, os presidentes das juntas de freguesia traziam localidades e ruazinhas que não tinham nada e eram eles que diziam, logo: *“Ai, eu quero, eu proponho isto, eu proponho aquilo!”* e a Comissão, toda, aprovava.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que Humberto Daniel tinha sido um presidente marcante na Junta de Freguesia de São Sebastião, como outros tinham sido, mas ele tinha sido durante três mandatos.

**Sra. Presidente** – Disse que não tinha havido novos loteamentos. Quando apareciam loteamentos, começavam a dar nomes às ruas. Tinha sido na várzea que se tinha posto o nome daqueles artistas e de Paula Costa. Tinha sido por causa da várzea que tinha havido oportunidade de fazer aquilo.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que achava muito bem. Com a nova construção que se iria fazer...

**Sra. Presidente** – Perguntou aonde seria isso e disse que quando, aparecessem os bairros, com o PRR, apareceriam mais ruas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que queria deixar aquele registo, por achar que era justo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, depois, o convidariam para a Comissão de Toponímia, como uma espécie de consultor externo.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que, por inerência, teria lugar.

**30. Deliberação n.º 235/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DURB/DITA – Isenção do Pagamento das Taxas devidas por “pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realizar obras de alteração em Edifício de Solidariedade de Segurança Social”**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 236/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DURB/DITA – Isenção do Pagamento das Taxas devidas por pedido de “obras Isentas de Controlo Prévio”**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 237/2021 – Proposta n.º 45/2021 – DURB/DIGU – Desclassificação da Área Urbana de Génese Ilegal n.º 8**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 a 70.

**Sra. Presidente** – Disse que a Arquiteta Teresa Pedras era a mulher capaz de aguentar com as AUGI todas. Com os filhos pequenitos de volta dela e ela a fazer AUGI.

Disse que tinha sido mais uma AUGI que tinha conseguido resolver, com muita persistência. Tinham técnicos muito dedicados, com muita qualidade técnica e do ponto de vista humano fantásticos, porque davam muito deles, às vezes em prejuízo da sua família. A Arquiteta Teresa Pedras era uma dessas, estava praticamente sozinha com as AUGI e, tinha conseguido resolver mais uma AUGI.

A Arquiteta nunca se tinha limitado só a fazer as coisas que estavam na lei. Era uma Arquiteta que ia ao local, que aconselhava as pessoas, que ajudava as pessoas, que propunha ao executivo a forma de ajudar as pessoas, no sentido de resolver aquela situação precária, aquilo acabava por ser uma condição precária, para quem vivia naquelas situações. Aquelas legalizações eram extremamente complicadas e complexas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 238/2021 – Proposta n.º 46/2021 – DURB/DIGU – Transformação fundiária da Área Urbana de Génese Ilegal n.º 28, através de operação de Loteamento por iniciativa Municipal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 a 73.

**Sra. Presidente** – Disse que quem tinha feito aquela reconversão tinha sido a câmara, era nas Galeotas, se não, nunca mais tinham aquilo resolvido e, como podiam ver no mapa, estavam regularizadas aquelas ruas, aqueles lotes. A AUGI n.º 28, ficava definitivamente resolvida, com a câmara a tratar daquela reconversão, com um grande trabalho da parte da Arquiteta Teresa Pedras.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse queria colocar uma questão, visto que tinha a Arquiteta presente e que estava a trabalhar num território com características semelhantes a outras que tinham.

Questionou se a base para legalizar o processo era que estivesse tudo constituído territorialmente do ponto de vista do tribunal. Era aquela questão que a Senhora Presidente tinha levantado. Enquanto as parcelas não estivessem definidas não se conseguia dar início ao processo, perguntou se era isso.

**Arquiteta Teresa Pedras** – Disse que em relação à AUGI n.º 28, tinha sido delimitada em 96, e até à presente data, tinha todas as infraestruturas, as parcelas, algumas delas já estavam em m2.

O que se passava ali era propor a transformação fundiária, através de uma operação de reconversão urbanística. Seria dividir em parcelas, fazer a transformação fundiária, passar todas de avos para m2 e isso, não ia implicar qualquer custo ao município, porque em termos de infraestruturas, todas as ruas tinham todas as infraestruturas. Era uma questão interna de desenho urbano, e depois de divisão de coisa comum, para tratar essas divisões.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que o que tinha percebido, noutros bairros, era que também já haviam infraestruturas, também já havia a passagem em m2, mas o que deduzia, daquilo que a Senhora Presidente lhes tinha transmitido, era que estava em tribunal a possibilidade de haver divisão das parcelas, isso referente à AUGI n.º 16.

**Arquiteta Teresa Pedras** – Disse que a AUGI n.º 16 era outra.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Perguntou qual a diferença entre essas AUGI.

**Arquiteta Teresa Pedras** – Disse que a diferença era que aquela AUGI, a n.º 28, face à sua localização não fazia sentido estar classificada como AUGI. O que fazia sentido era resolver a transformação fundiária, porque atualmente ainda existiam algumas parcelas em avos e, em termos de infraestruturas não havia necessidade de execução de obra. Havia sim um processo interno de loteamento.

Em relação à AUGI n.º 16, era diferente. A AUGI n.º 16 tinha duas questões. Era a divisão de coisa comum, a câmara já tinha emitido o alvará de loteamento em 2008. Tinham sido feitas obras de urbanização e, naquele momento tinham sido recebidas, as obras definitivas, e estavam a trabalhar, envolvia praticamente todos os serviços, para resolver as questões críticas, de alguns troços dessa AUGI, em termos de infraestrutura. Mas o grande problema dessa AUGI era a divisão de coisa comum, que não estava resolvida. Se estivesse resolvida, essa urbanização já estava a andar e com construções legalizadas e novas construções.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Perguntou se havia alguma coisa que dependia do município para resolver.

**Arquiteta Teresa Pedras** – Disse que naquele momento, era como tinha dito, tinha sido tomada uma decisão, já tinham feito o ponto de situação das situações críticas, em termos de obras e urbanização, de infraestruturas. Em relação à divisão de coisa comum, não era com o município. Tinha a ver com a comissão e esse processo estava a ser tramitado em tribunal.



**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Perguntou se não havia nada que o pudesse agilizar.

**Arquiteta Teresa Pedras** – Disse que não lhes competia a eles.  
O que era da competência da câmara estavam a fazer e a tratar.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **34. Deliberação n.º 239/2021 – Proposta n.º 09/2021 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referente ao Ano de 2020**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **35. Deliberação n.º 240/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 17/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra José Carlos Braz Guilherme**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que aquelas deliberações iriam ser tomadas por votação secreta, porque se tratavam de processos disciplinares. Referiu que os processos estavam na câmara municipal, para consulta dos senhores vereadores. E chamou à atenção que as deliberações da n.º 240 até à 249 tratavam-se de propostas de arquivamento, relativamente aos trabalhadores José Carlos Guilherme, José Carlos da Costa Horta, Paulo José Brás Pinto, Paulo Sérgio dos Reis Pereira, Bernardo Jorge de Matos Botelho, Pedro da Silva Dinis, Vitor Manuel Sobral Moura, Jorge Miguel dos Mártires Couto, Cláudio Jorge Cardoso de Almeida e Hélder Filipe Escaleira Afonso.

Depois existia um outro processo pendente, sob o trabalhador Hélder Filipe Escaleira Afonso, que era a deliberação n.º 250 e que também constava, porque o voto também tinha que ser secreto, em que tinha ficado provado que o trabalhador tinha violado de forma clara e grave os deveres inerentes à sua função.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

#### **36. Deliberação n.º 241/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 18/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra José Carlos da Costa Horta**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

h st

**37. Deliberação n.º 242/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 19/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Paulo José Oliveira Braz Pinto**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**38. Deliberação n.º 243/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 20/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Paulo Sérgio dos Reis Pereira**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**39. Deliberação n.º 244/2021 – Proposta n.º 14/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 21/2020/DRH/DIGAT/GC/SS contra Bernardo Jorge de Matos Martins Botelho**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**40. Deliberação n.º 245/2021 – Proposta n.º 15/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 04/2021/DRH/DIGAT/GC/SS contra Pedro Manuel da Silva Dinis**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**41. Deliberação n.º 246/2021 – Proposta n.º 16/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 05/2021/DRH/DIGAT/SS contra Vitor Manuel Sobral Moura**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**42. Deliberação n.º 247/2021 – Proposta n.º 17/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 06/2021/DRH/DIGAT/SS contra Jorge Miguel dos Mártires Couto**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**43. Deliberação n.º 248/2021 – Proposta n.º 18/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 07/2021/DRH/DIGAT/SS contra Cláudio Jorge Cardoso de Almeida**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto em branco.

**44. Deliberação n.º 249/2021 – Proposta n.º 19/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 16/2020/DRH/DIGAT/SS contra Helder Filipe Escaleira Afonso**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor (“SIM”), 1 voto contra (“NÃO”) e 1 voto em branco.

**45. Deliberação n.º 250/2021 – Proposta n.º 20/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 1/2021/DRH/DIGAT/SBS contra Helder Filipe Escaleira Afonso**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor (“SIM”), 1 voto contra (“NÃO”) e 1 voto em branco.

**46. Deliberação n.º 251/2021 – Proposta n.º 07/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa COCA-COLA – European Partners Portugal Unipessoal, Lda.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 86 e 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**47. Deliberação n.º 252/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DOM – CP 30/2021/DOM - “Intervenção de Natureza Estrutural para evitar derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal - FASE 2” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que se tratava de um novo concurso público para fazer a consolidação Estrutural da Encosta do Forte de São Filipe – Fase 2. Tinha sido um acordo feito com o POSEUR, no sentido de viabilizar aquela obra, tendo em conta o crescimento dos custos de mercado. Tinha-se decidido fazer pelo menos valor, uma obra com menos trabalho, visto não ser possível fazer os trabalhos totais com o valor que estava atribuído.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**48. Deliberação n.º 253/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DAAE/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Florineve, Lda” ao Município de Setúbal**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**49. Deliberação n.º 254/2021 – Proposta n.º 67/2021 – DCDJ/DISOC – Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco. Apoio Financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 90.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a área da saúde mental era uma área que tinha sido substantivamente sinalizada pela autarquia de Setúbal, no quadro intermunicipal, no quadro supraconcelhio, no âmbito de reuniões com o Centro Distrital de Segurança Social, como uma área de enorme carência, no quadro quer da Península, quer do concelho. A ausência de resposta e desinvestimento era absolutamente inclassificável, deixando aquelas instituições à mercê da sua própria, e pouca capacidade, das pouquíssimas receitas que tinha.

Na sequência de uma reunião solicitada, pela associação e considerando o trabalho absolutamente fundamental ao assegurar um conjunto de respostas multidisciplinares, sobretudo à população que tinha problemas na área da saúde mental, traziam aquela proposta no sentido de minorar as consequências financeiras que aquela associação atravessava e, nomeadamente, para fazer face a despesas à atividade que desenvolvia.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Questionou relativamente àquela verba de sete mil e quinhentos euros, como é que estava pensado ser aplicada, para poder compreender.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que não lhe poderia fazer essa pergunta, porque teria que fazer essa pergunta à associação Fernando Ilharco.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Questionou se a associação tinha pedido o valor na totalidade e a autarquia tinha atribuído sem especificar exatamente para o quê. Não estava a pôr em causa, porque sabia que faziam um trabalho...

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que estava sim.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que estava a pedir um esclarecimento, achava que tinham esse direito.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que tinha esse direito, mas eles também tinham o direito de confiar nas instituições, e era só o que faltava era que aquela câmara municipal pusesse em causa a condição das instituições e das IPSS.

Por acaso na sala até estava um Presidente de uma IPSS, se calhar valeria a pena, no final da reunião, perguntar-lhe se quando ali tinham trazido, recentemente, um apoio à instituição lhe tinham perguntado qual é que era o fim, quando tinham apoiado para um conjunto de atividades.

A Associação Fernando Ilharco tinha solicitado uma reunião à Câmara Municipal de Setúbal, demonstrando a sua profunda dificuldade de fazer face às suas respostas, que desenvolvia no quadro da sua atividade e para as quais não tinha capacidade, naquele momento de responder. Eram várias as respostas. Na área alimentar, na área da atividade ocupacional que desenvolvia com os seus utentes, na área residencial e, portanto, tinha feito um diagnóstico, que era um diagnóstico grave. Se acompanhava aquelas áreas, compreenderia que a ausência de respostas na área da saúde mental era absolutamente inclassificável para aquilo que era uma necessidade premente.

Tinham-lhes apresentado enormes dificuldades e que, no quadro dessas dificuldades e, no quadro do orçamento da divisão de direitos sociais, tinha sido entendimento naquela relação com a associação a atribuição daquela verba.

Como a senhora vereadora deveria calcular, não era nem fiscal nem lhe parecia uma questão de princípio, considerando a fiabilidade das instituições, tal como tinham feito no passado, a propósito da matéria do Covid, se a senhora vereadora não tinha tido a oportunidade de estar, mas certamente, como pessoa atenta acompanhava, de perguntar às instituições, qual é que era o destino que iam dar a esse dinheiro. Porque ou os eleitos, naquele quadro, não estavam a falar das verbas de uma forma generalizada. A câmara municipal, obviamente que tinha que saber qual é que era o destino dessas verbas e se esse destino tinha um propósito de acordo aquilo que era a aprovação das propostas. Naquela questão em particular, era só o que faltava, ele quer questionar a Associação Fernando Ilharco, se aquele dinheiro ia ser canalizado para comprar mais um equipamento para o centro ocupacional, se ia ser uma melhoria na área residencial. Porque tinha que confiar nas instituições, se não confiasse nas instituições estavam muito mal.

Essa era a condição, resultava de uma reunião que tinha sido feita, do diagnóstico que era feito e que a câmara municipal, no diálogo com aquela instituição tinha feito. Como o tinha feito quando tinha sido a proposta que tinham trazido aquela reunião de câmara, que no quadro do Covid, tinham atribuído um conjunto de verbas, a partir de uma grelha de critérios, que tinha sido ali trazida, da diversidade de respostas, e não tinha perguntado a uma única instituição qual é que era o destino dessa verba. Porque tinha que confiar nas instituições, tinha que confiar nas instituições particulares de solidariedade social. E se eles eleitos daquela câmara municipal, não confiarem nas suas IPSS e continuarem a criar uma penumbra, de que aquelas instituições não eram confiáveis para responder áquilo que o estado central deveria de responder, nomeadamente, na área da saúde mental, então muito mal ia o nosso país e, muito mal ia o exercício do poder local democrático.

58

Portanto, não lhe sabia responder, em rigor, qual é que era o destino concreto daqueles sete mil e quinhentos euros, aquilo que lhe sabia responder é que aqueles sete mil e quinhentos euros tinham sido encontrados, de acordo com o diagnóstico das dificuldades tremendas, que aquela instituição atravessava, da ausência de respostas do Centro Distrital de Segurança Social, na ausência de respostas, nomeadamente, na área da saúde, que não tinham e, que poderiam de dar garantias àquela instituição, as garantias necessárias, para não fecharem portas e para não terem um cenário, absolutamente catastrófico na área da saúde mental do concelho de Setúbal. E essa era a preocupação que a todos os deveria mover.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Agradeceu o esclarecimento.

**Sra. Presidente** – Disse que lamentava aquele sentimento persecutório, de desconfiança, de que é que eles estavam a fazer. Era aquilo que estava a acontecer em Almada, o PS era aquilo. Era o que é que estavam a fazer, para que é que queriam o dinheiro e cortavam. Se conhecessem a instituição em causa, como eles conheciam, tinham o privilégio de conhecer e tinham a preocupação e o sentimento, de quase não dormirem descansados, em relação àquilo que lá se passava, na Fernando Ilharco. Faziam um trabalho notável, com muito pouco e a passarem muito mal, há anos. E eles sempre a ajudar, coisa que não tinha acontecido quando tinha ali estado o Partido Socialista. Tinha dado muitos mínimos, quando dava. Mas o Estado Central deveria de ter vergonha de tratar assim a saúde mental. De tratar assim a área da saúde toda, mas a saúde mental então era gritante. Ouviam-se queixas de Norte a Sul do país. E aquela instituição tinha passado muito, muito mal. E aquilo que o estado tinha dado, em relação ao Covid, tinha sido muito, muito fraco, como toda a gente sabia. Muito “show off” e na prática os recursos tinham sido muito poucos, para chegarem às instituições. A Fernando Ilharco fazia um trabalho notável, era só ir visitar. E depois podiam dizer realmente, a degradação das instituições, dos projetos que tinham que fazer com as pessoas, de projetos, quer ocupacionais, quer na área dos projetos de saúde, mesmo, de tudo. Porque não havia resposta do hospital, que também se debatia com aqueles problemas, o hospital que também se debatia com o apoio à saúde mental. Há muito tempo que tinham uma batalha muito grande, junto do governo, por causa do hospital, de não terem técnicos suficientes, não era só médicos, o departamento de psiquiatria tinha uma pessoa, quando tinha, às vezes não tinha, haver enfermeiros, que quase que lhes suplicavam, para pressionar, junto do Ministério da Saúde, para dar apoio na área da psiquiatria, apoio, às vezes logístico, porque eles precisavam de muito apoio logístico. Perguntar isso a uma instituição, era porque não se percebia nada do que é se andava ali a fazer. Quando se perguntava aquela instituição e, mesmo aos outros, ao desporto, à cultura, era não se perceber mesmo o que é que as pessoas faziam, para que é que faziam... Às vezes tinham vergonha era de dar pouco. Porque não eram suficientes, para suprir aquilo que o estado central não cumpria. Não tinham condições para suprir o que os outros não cumpriam. Davam o que iam podendo e era pouco, mas era de boa vontade. Aquilo tinha que ficar dito, porque realmente não se sabia mesmo o que é que se andava ali a fazer.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que era óbvio que era também da área da saúde mental e não tinha perguntado para questionar se davam muito, pouco ou mau apoio. Tinha perguntado, no sentido de preocupação também com as instituições a que estavam a dar apoio, para perceber quais eram áreas em que estava a ser necessário mais apoio. A interpretação que poderia ser dada, sabia que estavam todos numa época difícil e, aqueles tempos faziam com que parecesse que estavam só a atacar, estava só a perguntar, por uma questão de curiosidade, como psicóloga clínica, dentro daquela área e, porque a área da saúde mental era fundamental. Também tinha estado muito no apoio “pro bono”, porque sabia que aquela área era uma área onde fazia muita falta. Não tinham apoio suficiente, era certo, e não era uma pergunta para ofender o senhor vereador, nem questionar

se a câmara punha *“isto, aquilo ou aqueloutro”*, era só para perceber, exatamente no município de Setúbal, como pessoa interessada. Mas compreendia a sensibilidade da época.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que agradecia, mas não tinha sido essa a pergunta que tinha dirigido. Que ficasse claro. A senhora vereadora tinha feito uma insinuação.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que tinha sido a interpretação do senhor vereador.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a senhora vereadora tinha feito uma insinuação e, aquilo que tinha perguntado tinha sido: *“Qual é que é o destino da verba?”* Tinha sido essa a pergunta que a senhora vereadora... A senhora vereadora não tinha perguntado: *“considerando as preocupações que tenho na área da saúde mental, bem como em outras áreas sociais, qual é que é o diagnóstico que o município e a autarquia fazem e, nesse sentido o que é que tem desenhado, o que é que tem desenvolvido, no sentido de apoiar as instituições?”*, não tinha sido essa a pergunta que a senhora vereadora tinha feito.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Disse que pedia desculpa por ter sido sucinta, para a próxima clarificaria de uma forma mais própria, para não o ofender.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a ele não o ofendia, quanto muito o que transmitiria era a pergunta da senhora vereadora à associação Fernando Ilharco. Pegava nas palavras da Senhora Presidente, porque não havia vereadores de freguesias, havia vereadores do município e como era tão atenta às IPSS, que fizesse essa incursão e que solicitasse, enquanto vereadora do Partido Socialista, uma reunião, com a Associação Fernando Ilharco, fazia-lhe esse apelo, esse desafio e que fosse à próxima reunião de câmara e que lhes trouxesse o diagnóstico. Talvez os ajudasse, câmara municipal, naquela luta que têm feito, enquanto autarquia, na sinalização da priorização dos apoios e dos investimentos para a área da saúde mental, em toda a Península de Setúbal e também no Concelho de Setúbal. Pensava que inclusive, numa leitura minimamente atenta à pergunta dizia: *“considerando a importância das atividades desenvolvidas pela Associação da Saúde Mental, nomeadamente no apoio, psicossocial, acompanhamento e reabilitação das pessoas com doença mental, a proposta que é aqui feita”*. Até naquele plano essa questão estava colocada.

Mas deixava mais uma nota, não sabia se a senhora vereadora, como sendo da área, sabia que os acordos na área da saúde mental não eram revistos com as instituições. Aquelas instituições viviam muito mal, porque ao contrário dos *“tempos das vacas gordas”* e das *“vacas magras”*, que às vezes as instituições particulares de solidariedade social iam vivendo, as mutualidades, as misericórdias, as respostas sociais iam tendo variáveis, ou circunstâncias que iam permitindo, colmatando ou integrando, essas insuficiências.

No caso daquela instituição, que exclusivamente respondia na área da saúde mental, não tinha essas variáveis, os apoios, que ainda para mais se cruzavam entre o social e a saúde, eram profundamente deficitários, eram profundamente frágeis. E dizia com toda a franqueza, não fosse a intervenção da câmara municipal e aquela instituição tinha as suas portas fechadas. E a resposta escassa, diminuta, que tinham para responder a pessoas, na área da saúde mental, era gritante, era absolutamente gritante. Aquelas pessoas eram completamente dependentes daquela instituição para sobreviverem. A sua autonomia, o seu grau de autonomia era muito diminuto.

Não se podiam, nem deviam substituir às entidades competentes.

Estavam a trabalhar até com outras áreas e com outros serviços da câmara municipal, para responder a problemas do funcionamento da instituição, para tentar garantir a sobrevivência, para que a resposta daquela instituição, no quadro do concelho de Setúbal, se pudesse manter, mas isso seria, certamente, observação de outras reuniões.

Portanto, não ficava ofendido. O que achava ofensivo, nas palavras da senhora vereadora, era o desconhecimento das instituições e por isso lhe dizia que o melhor era que o Partido Socialista pedisse uma reunião à associação Fernando Ilharco. Certamente que estavam

disponíveis para que se juntassem a eles, naquela luta para as condições necessárias e meios necessários na área da saúde mental.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que pensava que se estava a fazer um empolamento político, sem necessidade e sem precisar que se fizesse a defesa da vereadora Teresa Andrade, como pessoa, como profissional, como eleita com intervenção política. Era uma pessoa que não precisava que fizesse essa defesa, porque seu trabalho falava por si. Certamente a interpelação que tinha feito, ao senhor vereador Pedro Pina, tinha sido no sentido de perceber quais eram as reais necessidades daquela associação e se aquele dinheiro era dirigido para alguma falha em concreto, na sua atuação no dia-a-dia, ou na sua intervenção social.

Pensava que era só isso, não lhe tinha parecido o apoio, que isso ninguém punha em causa, nem onde a verba iria ser gasta, a não ser por curiosidade de saber quais eram as lacunas no seu trabalho. Pelo que conhecia da vereadora Teresa Andrade, tinha-se resumido, simplesmente a isso e tinha havido ali uma interpretação. Pensava também que não tinha sido propositada, por parte do senhor vereador Pedro Pina, mas tinha havido uma interpretação, talvez, algo desnecessária.

Também a hora já ia adiantada e percebiam que quando queriam eram mais compreensivos e mais assertivos. Pensava que tinha sido isso que tinha acontecido e pensava que não valia a pena estarem a *“bater mais no ceguinho”*, como se costumava dizer.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **50. Deliberação n.º 255/2021 – Proposta n.º 68/2021 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio Financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **51. Deliberação n.º 256/2021 – Proposta n.º 69/2021 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome. Apoio Financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que depois de ter passado uma tarde de seca, perdia a paciência para assistir àquelas coisas.

O seu problema era muito antigo e trazia com ele as provas e o pedido para ver se a senhora presidente conseguia resolver aquelas situações.

Uma delas era a ligação da Praça Almirante Reis, com a Rua João Eloy do Amaral. Havia um charco de água. Se o prolongamento do passeio fosse colocado da Praça Almirante Reis para

o lado da “Ginjinha”, beneficiava o próprio estabelecimento do “Ginjinha”, que passava a ter um sítio onde podia colocar duas mesas no passeio, a fim de ter clientes no verão. Porque atualmente esse restaurante estava a aproveitar a área do restaurante que estava na ponta, que estava fechado, porque não tinha esplanada. Se esse passeio fosse prolongado, dava a possibilidade de eles terem uma ou duas mesas e acabava com o charco, que existia, por causa do desnível existente naquela área.

**Sra. Presidente** – Questionou se aquele charco de água era alguma rutura.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Respondeu que não. Disse que era quando chovia. Há anos que pedia que aquele pormenor fosse visto, mas até à altura ainda não tinha sido resolvido.

Existia outro problema na Travessa do Carmo. Em frente à casa das Quatro Cabeças, existiam uns pilaretes, para evitar que os carros estacionassem naquela travessa. Tinha havido uma obra, retiraram os pilaretes e não os chegaram a repor. Enviou vários emails, para a câmara a solicitar que a sua colocação, mas até à presente data não tinham sido. Alguns funcionários da câmara estacionavam ali diariamente, durante a hora do expediente. Podia provar.

Na Rua João Eloy do Amaral, era obrigado a passar por ali, porque tinha que fazer cargas e descargas, riscava a carrinha, derivado aos carros estacionados. Inclusivamente uma ambulância não poderia passar ali.

Consultou a Polícia de Segurança Pública, na secção de trânsito, na 5ª feira passada. A polícia tinha estado naquele local quatro ou cinco dias antes, a atuar, a passarem as multas, tinha visto e achou curioso que passados quatro ou cinco dias os mesmos carros voltaram a estacionar no mesmo sítio. Por isso foi perguntar à polícia o porquê e a resposta da Polícia de Segurança Pública tinha sido que a culpa era da câmara. E disseram-lhe para ler um artigo, de janeiro, porque a câmara punha as pequenas multas para o lixo.

Solicitava, se a senhora presidente negasse, que fizesse uma reunião, porque o caso era grave e não ia permitir que aquilo continuasse assim. Ia até às últimas consequências.

**Sra. Presidente** – Disse que era evidente que negava e não tinham as multas com eles.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que estava ali a dizer aquilo que o polícia lhe tinha transmitido.

**Sra. Presidente** – Perguntou se o senhor sabia quem era o polícia.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que sabia.

**Sra. Presidente** – Disse que então iam fazer uma reunião, com o senhor José Augusto e com o Senhor Comandante Viola.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que no dia seguinte, de manhã ia falar com a polícia novamente e ia intimidá-lo. Ia levar aquele caso às últimas consequências. Tinham que se mentalizar que naquela rua era a circulação era proibida, exceto moradores, para entrarem e para saírem, não era para estacionarem. Aquilo tinha que ser resolvido em 72 horas. Se a polícia não resolvesse aquilo, se arranjasse dinheiro e um advogado, metia uma ação em tribunal.

Em relação à travessa do Carmo, era com a câmara e solicitava que fossem colocados os pilaretes. Se não ficasse resolvido, deixava de ir à câmara e ia avançar por outros meios. Tinha que ficar totalmente resolvido.

Naquele dia tinha apanhado uma lição de campanha, não estava habituado àquilo. Tinha perdido uma tarde de trabalho, esperava que o seu problema fosse resolvido.

Querida que a cidade ficasse com a cara limpa e não era ficar com os pés todos sujos, na Almirante Reis quando chovia. Aquela obra tinha sido executada há vários anos. Andava há vários anos a reclamar e ninguém o ouvia.

**Sra. Presidente** – Disse que o senhor Neves, se considerava aquilo uma “seca”, não devia ter ido ali, porque eles estavam no exercício das suas funções, todos eles, e a população de Setúbal tinha votado para estarem ali, ou em qualquer outra câmara, ou junta de freguesia, ou governo, as populações que votavam. Estavam ali a fazer o trabalho deles. Tinham que apresentar, o trabalho deles, que era o que estavam a fazer. Quem tinha funções porque tinham pelouros atribuídos, mas os colegas que não tinham funções atribuídas tinham todo o direito, porque também tinham sido eleitos, da mesma forma que eles, a colocarem também os seus pontos de vista e era democrático entrarem ou contradição, ou de acordo. Naquelas alturas, fazia parte da vida democrática, as pessoas estarem um bocadinho mais nervosas, todos eles. Isso fazia parte da vida democrática. Se as pessoas achavam que aquilo era uma grande “seca”, respeitava isso, respeitava a opinião das pessoas, mas então diziam assim: *“como aquilo é uma grande seca eu não vou lá. Vou pedir uma reunião ao vereador das obras, vou pedir uma reunião à senhora presidente”*, porque assim podia ir àquela hora, era atendido e ia colocar os seus problemas.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que estava de acordo com o trabalho que tinham feito, mas tinha apanhado “seca”, porque aquilo não lhe dizia respeito a ele. O seu assunto poderia efetivamente ser resolvido de outra maneira, mas se já andava há anos, a enviar emails para a câmara e o assunto não era resolvido, a única maneira que tinha era ficar ali. Porque a câmara não lhe tinha dado hipótese de apresentar o caso pessoalmente.

**Sra. Presidente** – Disse que isso não era verdade, atendia todas as pessoas. Quando ia para casa, na sua secretária não ficava um papel pendente, se não podia estar no gabinete ia despachando ali. Estavam ali, dois ou três pedidos de reuniões, que eram já para segunda ou terça-feira.

Se as pessoas lhe pediam reuniões, atendia toda a gente. E os vereadores faziam a mesma coisa.

Ali podiam ir todas as pessoas, porque aquele era um espaço do povo. Era para os ouvirem, para tirarem as ilações que entendessem, aquilo era público, só não podia estar mais gente por causa da pandemia. Se as pessoas não queriam estar ali tantas horas, compreendia. Tinham começado por volta das 16 horas, eram 21 horas e vinte minutos, os senhores estavam cansados, mas o senhor tinha ido ali uma vez, eles estavam ali porque queriam e porque as pessoas tinham votado neles. Estavam ali de 15 em 15 dias, estavam ali há 5 horas, tinha que respeitar. Dizer: *“isto é uma seca!”* caía mal.

É porque depois passava a ideia de que a política não prestava para nada. Não era verdade, haviam pessoas boas e más, em todos os partidos, em todas as profissões, em todos os lados e escolhiam livremente quem queriam ouvir.

O público falava no fim, aquela ordem de trabalho tinha 50 pontos, de certeza que ia demorar. E alguns pontos eram mais complicados.

O PDM até tinha sido pacífico, porque já o tinham discutido em abril.

Mas aquilo era normal, tinha que ser, era a vida deles, tinham que discutir aquilo tudo.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que a última vez que tinha ido à câmara, tinha falado com a Alexandra Manata e tinha exposto o problema e até ao momento não lhe tinham dito nada.

**Sra. Presidente** – Questionou há quanto tempo tinha falado com a Alexandra Manata.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que já tinha sido no princípio do ano.

**Sra. Presidente** – Disse que tinham estado em pandemia. A Alexandra Manata passava a vida a correr de um lado para o outro.

A Alexandra Manata era fiscal, como o senhor José Neves sabia, conhecia a cidade toda e falava com as pessoas, mas, depois, tinha que dizer aos colegas. Para os colegas irem colocar os pilaretes tinha que ir ver o local. Tinha que ir ver se podia ou não por os pilaretes, tinha que ver se tinha ou não os pilaretes. Era preciso ter um bocadinho de calma. Tinha falado novamente com ela, ou ia falar consigo. A Alexandra estava num gabinete ao seu lado, era um furacão como todos sabiam, era uma trabalhadora... Ela estava-lhe sempre a dizer: *"Presidente, é preciso isto! – Presidente, olhe aquilo!"*. Não lhe tinha dito nada, porque, se calhar, tinha ido diretamente aos serviços, e os serviços não tinham dado resposta porque, se calhar, não tinham podido dar.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Disse que há anos que andava a tratar daqueles assuntos e eles continuavam na mesma. Só desejava que fossem resolvidos.

**Sra. Presidente** – Disse que já tinha feito o despacho para o senhor vereador Carlos Rabaçal.

**Sr. José Augusto Afonso das Neves** – Agradeceu e disse que no dia seguinte às 8 horas e trinta minutos estava na Polícia de Segurança Pública, na seção de trânsito.

**Sra. Presidente** – Disse que no dia seguinte não estava, mas se quisesse que fosse dissesse assim: *"Agora, vamos marcar uma reunião com a presidente, que é para dizer à presidente o que me disse"*.

Para a próxima fosse falar consigo, já tinha jantado e já estava descansado.

**Sra. Presidente** – Disse que ficava anexo à ata um documento do Sr. Augusto Cruz, por este não ter podido estar presente na sala, devido às restrições da pandemia (documento anexo n.º 93).

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e vinte e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dolores Marques Banheiro Meira

4

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 8 de setembro de 2021, por unanimidade, contém 64 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Contabilidade e Património,



Sílvia Maria Torrão Barbeiro

Elaborada por:

Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Sílvia Barbeiro